

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARÍLIA GORGES SILVEIRA

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO EM
UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

FLORIANÓPOLIS – SC

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DO ATIVO IMOBILIÁRIO EM
UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Maria Denize Henrique Casagrande,
Dra.

Co-Orientadora: Kamille Simas Ebsen de Paiva,
Msc.

FLORIANÓPOLIS

2009

Marília Gorges Silveira

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DO ATIVO IMOBILIÁRIO EM
UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo(a) professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 26 de junho de 2009.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Prof^ª. Maria Denize Henrique Casagrande, Dra.
Orientador(a)

Prof^ª. Kamille Simas Ebsen de Paiva, Msc.
Membro

Prof^ª. Valdirene Gasparetto, Dra.
Membro

Dedico esta monografia aos meus pais José Francisco e Marcelita Silveira, exemplos de fé e coragem. E àqueles que me ajudaram nesta conquista árdua, porém gratificante e gloriosa.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela presença constante e impulsionadora na minha vida. Agradeço de forma especial aos meus pais José Francisco e Marcelita, pela vida e amor, por terem me dado oportunidades que não tiveram, pelas vezes que abriram mão de seus sonhos em nome dos meus.

Aos meus irmãos, Mayara e José Eduardo, pela nossa união, pelas nossas brincadeiras e por me ceder o computador inúmeras vezes para confecção deste trabalho.

Ao meu Amor, José Ricardo, pela paciência, companheirismo, compreensão e amor que teve comigo nos momentos mais difíceis e pelas palavras de incentivo e apoio quando tudo parecia estar dando errado.

Agradeço a minha Orientadora Professora Maria Denize, sempre me incentivou, e fez acreditar que eu tinha capacidade de vencer, pelas caronas, pelos ensinamentos, pelas orientações, conversas, amizade e horas de estudo e dedicação.

Agradeço a também a minha Co-orientadora Kamille, pela enorme paciência de me ensinar, pelos conselhos e puxões de orelha, pela confiança que depositou em mim, e pela dedicação nas horas de orientações e leituras do meu trabalho.

Agradeço a Luciana e Alexandre da IDES que sempre estiveram dispostos a ajudar e esclarecer minhas dúvidas.

Enfim, agradeço aos professores e amigos, em especial a Amanda, Karla, Gabriela e Cintia que me ajudaram nessa conquista, compartilhando horas de dedicação, esforço, ansiedade, felicidade, divisão e crescimento.

Obrigada!

Um dos principais fatores para o sucesso na vida é a capacidade de manter, diariamente, o interesse no nosso trabalho, de sofrer de entusiasmo crônico, de considerar cada dia muito importante.

William Luon Phelps

RESUMO

SILVEIRA, Marília Gorges. **Implantação de um sistema de controle do ativo imobilizado em uma organização do terceiro setor.** Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

O Terceiro Setor vem crescendo cada vez mais no Brasil no entanto, a Contabilidade deste segmento ainda não se conscientizou desse crescimento. O Terceiro Setor é um espaço fértil para atuação de um contador, pois a Contabilidade como ciência social aplicada registra e acompanha as transformações ocorridas no patrimônio. Todavia, a legislação contábil nessa área é insuficiente para suprir as necessidades de informações que as entidades do Terceiro Setor possuem, sendo necessárias adaptações as leis contábeis vigentes, fazendo com que os procedimentos de registros contábeis variem de entidade para entidade, de acordo com o senso do profissional responsável pela prestação dos serviços a estas entidades. As entidades sem fins lucrativos contam com parcerias, convênios, doações e subsídios legais e institucionais que suprem os recursos necessários, e por dispor de maneiras diversificadas de recursos, principalmente aqueles recebidos em doação, é que a entidade encontra dificuldade em controlar e mensurar tais bens. Por isso, a pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa participante, de caráter exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, objetivando correlacionar a teoria com a prática de controle do ativo imobilizado mediante localização, identificação, etiquetagem dos itens pertencentes ao patrimônio da Entidade, a fim de se propor uma melhor administração e avaliação dos elementos do patrimônio utilizado em seus projetos sociais e através do controle, estabelecer um padrão de registro contábil na entrada de cada bem no Ativo Imobilizado da entidade.

Palavra-chave: Terceiro Setor, Ativo Imobilizado, Registros contábeis.

ABSTRACT

The Third Sector is growing increasingly in Brazil, however, this segment still accounts are not conscious of that growth. The Third Sector is a fertile area for performance of a counter, because the accounting records as applied social science and accompanying changes in equity. However, the accounting legislation in this area is insufficient to meet the needs of information that the authorities have the third sector, with necessary adjustments to existing accounting laws, as well as the procedures for accounting records vary from entity to entity, according to sense of professional responsibility for providing services to these entities. The nonprofit relies on partnerships, agreements, grants and subsidies and legal institutions that supply the necessary resources and have different ways of funds, especially those received in donations, is that the entity is difficult to control measure such goods . So the search was characterized as a case study of exploratory and descriptive nature of qualitative approach, to correlate the theory with the practice of control of fixed assets by location, identification, labeling of items belonging to the patrimony of the entity, in order to propose a better management and evaluation of the heritage elements used in their projects and social control through a standard set of accounting records for each entity in the fixed assets.

Keywords: Third Sector, fixed assets, accounting records.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	- Organograma da IDES/PROMENOR.....	37
FIGURA 02	- Tela de Entrada.....	45
FIGURA 03	- Tela de cadastro de documento.....	47
FIGURA 04	- Tela de Transferência de Patrimônio	48
FIGURA 05	- Tela de Cadastro dos Bens.....	51
FIGURA 06	- Relatório por Itens Cadastrados.....	52
FIGURA 07	- Localização do Ativo Imobilizado.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira das Organizações não Governamentais
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
Fasfil - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil
GIFE - Grupo de Instituto, fundações e empresas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDES - Irmandade do Divino Espírito Santo
IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
INPI - Instituto Nacional de Pesquisas Industriais
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
NPC - Normas e Procedimentos de Contabilidade
OCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
ONGs - Organizações Não Governamentais
PROMENOR - Associação Promocional do Menor Trabalhador
RIR - Regulamento do Imposto de Renda
CC - Código Civil
NUI - Núcleo de Infância
NAE - Núcleo da Arte e Educação
CEIG - Centro de Educação Infantil Girassol
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
NUFT - Núcleo de Formação e Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA PROBLEMA.....	14
1.2 OBJETIVO	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 METODOLOGIA	16
1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	18
2 TERCEIRO SETOR: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	19
2.1 SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL	19
2.2 CONCEITO DO TERCEIRO SETOR	22
3 ATIVO IMOBILIZADO	24
3.1 CONCEITO DO ATIVO IMOBILIZADO	25
3.2 AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	27
3.3 REAVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	28
3.4 GASTO COM O ATIVO IMOBILIZADO	29
3.5 DEPRECIAÇÃO.....	30
3.6 TAXAS DE DEPRECIAÇÃO	31
3.7 BAIXA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO.....	32
3.8 CONTROLE PATRIMONIAL	32
3.9 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE	33
4. RESULTADO DA PESQUISA	36
4.1 APRESENTAÇÃO DA IDES/PROMENOR.....	36
4.2 PROJETOS DE EXTENSÃO JÁ REALIZADOS NA INSTITUIÇÃO	41
4.3 SETOR DE CONTROLE PATRIMONIAL	42
4.4 SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL.....	44
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES.....	61
ANEXOS.....	66

1 INTRODUÇÃO

A sociedade é formada por indivíduos de diversas origens, idades e costumes, mas com necessidades comuns, tais como saúde, alimentação, segurança, educação e moradia. Para suprir estas necessidades, a sociedade se organiza em três setores: o Estado, o Mercado, e o Terceiro Setor.

O Estado, primeiro setor, abriga as empresas públicas, sem finalidade de lucro. Este tem a função de proporcionar, segundo a Constituição Federal Brasileira, o bem estar social, fornecendo condições do exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o desenvolvimento, a justiça, saúde e educação, de forma que todos tenham esses benefícios indistintamente. Sua principal fonte de receita é a arrecadação de tributos. Estes tributos são arrecadados de forma coercitiva, ou seja, em alguns casos o indivíduo não tem a opção de escolha sobre sua arrecadação, sendo obrigado ao pagamento do mesmo, de forma direta ou indireta.

O Mercado, segundo setor, é representado pelas empresas privadas cuja atividade não é coercitiva e sua finalidade é promover o aumento do capital por meio da obtenção de resultados positivos através da venda de produtos e serviços.

O Terceiro Setor é formado por organizações sem fins lucrativos, de direito privado, cujo objetivo é atender demandas não atendidas pelo Estado e mercado.

As organizações do Terceiro Setor abrigam entidades com características comuns, das formas e objetivos diversos. Esta diversidade de formas e objetivos se deve ao surgimento destas organizações em seus diferentes momentos históricos. Seu surgimento no Brasil remonta ao século XVI, e estava vinculado às atividades caritativas da Igreja Católica. Isto porque nessa época, até meados da década de 1930, o Estado não tinha como prioridade atuação na área social, deixando este papel com a Igreja.

Com o passar dos anos novas formas de organizações do Terceiro Setor surgiram em espaços onde o Estado não atuava, por incapacidade, por não ser sua função ou por não ter interesse. A exemplo disso tem-se organizações surgidas a partir de Movimentos Sociais da década de 70, com caráter contestatório epositor ao governo ditatorial da época.

Já na década de 90, as organizações do Terceiro Setor ganharam maior destaque, especialmente por criar organizações para solucionar problemas decorrentes da chamada globalização. Ganharam destaque também as organizações voltadas à promoção de direitos e preservação ambiental.

Deste modo, com a visível impotência do Estado diante demandas da sociedade e com o não atendimento destas pelo Mercado é que surgem, a partir de iniciativas da sociedade civil, as organizações do Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é formado pelo conjunto de organizações não governamentais, privadas, de caráter público, que não visam lucro (entidades sem fins lucrativos), voltando todos os resultados obtidos para a própria instituição. O Terceiro Setor atua em áreas diversas como, assistência social, cultura, educação, alimentação e saúde às pessoas que, por algum motivo, não são atendidas pelo Primeiro e Segundo Setor.

Dentro das organizações que fazem parte do Terceiro Setor há as associações, fundações, organizações religiosas, partidos políticos, cooperativas e ONGs.

Segundo um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e com o Grupo de Instituto, Fundações e Empresas (GIFE), no último levantamento realizado em 2005, existem 338 (trezentos e trinta e oito) mil instituições privadas e sem fins lucrativos, que empregam 1,7 (um vírgula sete) milhões de pessoas, que recebem remuneração média de R\$1.094,00 (um mil, noventa e quatro reais) por mês¹.

As instituições caracterizadas como Terceiro Setor são detentoras de um patrimônio, que é representado pelo conjunto de seus bens, direitos e obrigações. O patrimônio é o objeto da Contabilidade, portanto a contabilidade estará presente onde existir um patrimônio para ser administrado, seja ele pertencente a uma pessoa natural ou uma pessoa jurídica.

A Contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, através de seu registro, a fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio e suas mutações.

Nas organizações do Terceiro Setor o patrimônio se constitui e se mantém das mais diversas formas. Suas fontes de recursos podem ser originadas de: doações (recursos materiais e humanos), parcerias com empresas públicas e privadas, convênios ou mesmo receitas próprias.

Estes recursos, em geral, são escassos, necessitando dessa forma uma melhor gestão para que sejam maximizados e os objetivos da organização alcançados. Para o controle desses recursos a Contabilidade se torna uma ferramenta importante, pois registra e acompanha o

¹ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/08/07/materia.2008-08-07.2566049353/view>

patrimônio das entidades e suas variações, a fim de prover os usuários de informações úteis à tomada de decisão.

O controle do patrimônio permite informações sobre seus valores, disponibilidade e prazos de pagamento, vida útil dos bens, origens e aplicações de recursos, bem como a alocação dos mesmos.

O patrimônio está evidenciado no Balanço Patrimonial, dividido em grupos e subgrupos de acordo com a natureza de seus itens tais como: Ativos e Passivos Circulantes, Ativo e Passivos não circulantes, assim divididos: no ativo não circulante, Realizável a Longo Prazo, e Permanente. No Passivo não circulante o Exigível a Longo Prazo, e Patrimônio Líquido, nas organizações do Terceiro Setor chamado de Patrimônio Social.

O Permanente tem por característica bens de vida útil longa, destinados à manutenção da atividade da entidade ou como forma de obtenção de Este grupo por sua vez abriga os subgrupos: Investimento, Imobilizado, Intangível (Lei nº. 11.638/07 e nº 11.941/09).

No subgrupo Imobilizado estão os itens que serão utilizados para consecução do objetivo social da entidade, caracterizado por apresentar bens corpóreos (edificações, máquinas, etc.).

O controle do Imobilizado se faz necessário para a entidade alcançar seus propósitos. E para que a Contabilidade possa evidenciar valores mais próximos à realidade, controles contábeis e extra contábeis para registros individuais, são necessários.

Estes controles podem ser mantidos manualmente ou através de sistemas computadorizados. Deste modo é possível obter informações sobre a localização dos bens, estado de conservação, necessidades de aquisições e manutenções. Assim se permite a identificação e doação de custos e verificação de viabilidade ou não de produtos e projetos.

Considerando que o objeto de estudo da Contabilidade é o patrimônio das entidades, ao fazer o levantamento patrimonial de uma organização do Terceiro Setor, releva-se a importância de pesquisar como é feito o controle do ativo imobilizado nessas instituições. Essas informações possibilitam aos seus usuários, ter conhecimento da situação patrimonial e assim melhor avaliar, planejar e definir as decisões a serem tomadas, visando à continuidade da entidade bem como a conservação e ampliação do patrimônio.

Desse modo, revela-se a importância de pesquisar como é feito o controle de cada bem do ativo imobilizado específico, analisando a origem, condições e situação do bem para ter uma precisão de que esteja cadastrado e alocado de maneira correta.

1.1 PROBLEMA

A presente pesquisa tem como questão problema: Quais os procedimentos utilizados para a implantação de um sistema de controle do ativo imobilizado em uma organização do Terceiro Setor?

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo geral identificar os procedimentos para a implantação de um sistema de controle do ativo imobilizado em uma organização do Terceiro Setor, com intuito de aperfeiçoar as práticas gerenciais da organização.

1.2.2 Objetivos Específicos

O objetivo geral proposto nesta pesquisa considera, para tal, os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar aspectos históricos e conceituais sobre o Terceiro Setor;
- b) Caracterizar a IDES/PROMENOR como organização do Terceiro Setor;
- c) Apresentar os procedimentos utilizados pela contabilidade como instrumento de controle do ativo imobilizado;
- d) Descrever o processo de implantação do sistema de controle do ativo imobilizado na IDES/PROMENOR.

1.3 JUSTIFICATIVA

O tema escolhido aborda a implantação de um sistema de controle patrimonial do ativo imobilizado em uma organização do Terceiro Setor.

Controlar o ativo imobilizado é uma das formas de gerenciar os recursos patrimoniais. As modificações que ocorrem no patrimônio, sejam elas classificadas por seu valor ou por sua natureza, são informações geradas pela Contabilidade. A Contabilidade é uma ciência social,

que possui objeto próprio: o patrimônio. Patrimônio é como o conjunto de bens, direitos e deveres que uma entidade possui.

A contabilidade, além de registrar os fenômenos, também informa, através de seus demonstrativos, aos seus usuários a situação patrimonial em que uma determinada entidade se encontra para que a partir daí se possa avaliar, planejar e definir as decisões a serem tomadas visando sua continuidade.

Salienta-se que a administração de qualquer organização, seja ela pública, privada com ou sem fins lucrativos, necessita de informações sobre as movimentações do patrimônio, para tomada de decisão. O funcionamento da área de controle patrimonial é necessário para que as informações fluam por todos os setores da instituição, e que haja uma integração destas informações.

Foram realizadas anteriormente, através de projetos de extensão, atividades de controle patrimonial na entidade pesquisada. No ano de 2003, por solicitação da IDES/PROMENOR, foi desenvolvido um primeiro projeto denominado Controle do Ativo do Imobilizado, que teve como objetivo o levantamento dos bens materiais que posteriormente seriam classificados no Ativo Permanente - Imobilizado da Entidade. Em 2006 a entidade solicitou novamente a continuidade dessas atividades para que houvesse uma atualização, corroboração e comparação com o relatório existente de 2003.

Dando continuidade aos projetos anteriores realizados, no final de 2007 a IDES/PROMENOR solicitou a operacionalização de um Sistema de Controle Patrimonial, que tem por finalidade localizar, identificar, etiquetar, cadastrar e manter atualizados os itens que compõem o seu patrimônio, para que com os dados obtidos seja possível a sua correta contabilização e uma conscientização de pessoas que lá trabalham, sobre a importância de ter e manter o controle sobre seus bens.

A IDES-PROMENOR não possuía um efetivo controle de seu ativo imobilizado, porém o fato não interferia no desenvolvimento de suas atividades. A preocupação para que possuíssem tal controle partiu de dentro da entidade, e seja, a conscientização de sua importância já estava difundida entre a diretoria e é neste sentido que o projeto auxiliou, realizando o controle do ativo imobilizado.

A tomada de decisões não é uma tarefa simples por si só, porém, quando é feita em uma organização sem fins lucrativos pode tornar-se ainda mais complexa. A implantação de um sistema de controle patrimonial adequado às necessidades da entidade é capaz de gerar informações relevantes no processo de tomada de decisão, contribuindo desta forma para o

desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas de gestão da IDES/PROMENOR e, conseqüentemente, para uma melhor utilização dos seus ativos.

Nesse sentido, a contribuição deste Trabalho de Conclusão de Curso reside em apresentar uma proposta de sistema de controle patrimonial para uma melhor administração e avaliação dos elementos do patrimônio utilizados em se projetos sociais e na geração de informações de suporte à tomada de decisões em uma organização do Terceiro Setor.

1.4 METODOLOGIA

No desenvolver da questão proposta pela pesquisa, a metodologia aplicada para a realização do estudo foi de natureza exploratória e descritiva. Para Gil (1996, p. 45), pesquisa exploratória caracteriza-se por proporcionar “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A pesquisa se caracteriza como exploratória pela necessidade de aprofundamento na temática pesquisada.

Conforme Chizzoti (1995, p. 79), “abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”, através da abordagem qualitativa chega-se a compreensão dos fenômenos estudados a partir de padrões provenientes diretamente da coleta dos dados.

Quanto à natureza descritiva, para conhecer a realidade estudada foi necessário descrever sobre todas as características da instituição abordada na pesquisa. Conforme Gil (1996, p. 46), “pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno o então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Na procura de descrições conceituais foi necessário um aprofundamento em conteúdos já desenvolvidos e elaborados, para isso procura-se fazer uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1996, p. 48), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Portanto foi essencial a pesquisa bibliográfica, para fazer a caracterização do objeto de estudo, sendo neste estudo utilizado como fontes para tal pesquisa livros, artigos, monografias, dissertações e leis.

Com o intuito de apresentar a Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES) como entidade pertencente ao Terceiro Setor e analisar a situação dos registros até então realizados sobre o ativo imobilizado, foi utilizada uma pesquisa documental, através de levantamentos de consultas ao estatuto, levantamentos dos livros contábeis (diário e razão) e relatórios

gerenciais. A pesquisa documental “vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, (GIL,1996, p.51).

Além da investigação documental, para maior compreensão dos procedimentos utilizados na instituição IDES/PROMENOR, é realizada uma pesquisa de levantamento de dados, que “se caracteriza pela interrogação direta” (GIL, 1996, p. 56).

A coleta de dados se deu através de entrevistas semi-estruturadas e dividida em duas partes, primeiramente nos Setores da Administração, Financeiro, Pedagógico e Serviços Gerais, para maiores esclarecimentos do funcionamento da instituição, no período de maio de 2008. Após esta etapa foi realizada a entrevista semi-estruturada com o contador responsável pela contabilidade da Irmandade, para saber como ocorrem os procedimentos contábeis adotados pela instituição, no período de junho de 2008. Após, outra entrevista semi-estruturada foi concedida pelos professores, contadores e doutorados na área, durante o período de realização do projeto, onde foi abordado o tema proposto.

O projeto foi desenvolvido com auxílio de um graduando de Ciências Contábeis, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, através de projeto de extensão. O graduando participou ativamente na realização do projeto, caracterizando o trabalho como pesquisa participante. Conforme Gil (1996, p. 61), a pesquisa participante “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”, havendo um melhor aproveitamento do estudo realizado.

1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

O sistema é apenas uma tentativa inicial, portanto alguns aspectos tais como cálculo de depreciação, foram abordados.

O estudo limitou-se apenas ao controle de alguns bens tangíveis, como móveis e utensílios, máquinas e equipamentos.

Tendo em vista a amplitude e complexidade das organizações do Terceiro Setor, opta-se por analisar uma única entidade.

Desta forma, observa-se que os resultados obtidos nesta pesquisa restringem-se ao caso pesquisado, não podendo generalizá-los às demais integrantes do Terceiro Setor.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

A organização do estudo é dada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta as considerações introdutórias sobre o tema e problema da pesquisa, os objetivos a serem abordados, justificativa do estudo, sua delimitação e a metodologia utilizada para sua realização.

No segundo e terceiro capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica, onde se procura embasamento teórico para a efetivação do trabalho, abordando no capítulo dois o surgimento, conceito e característica do Terceiro Setor. Na sequência, no capítulo três aborda-se as definições contábeis sobre ativo imobilizado e caracteriza-se o controle do ativo imobilizado.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, onde é caracterizada a instituição estudada e descrito o processo de implantação do sistema de controle do ativo imobilizado na instituição abordada.

Finalmente, o quinto capítulo apresenta as conclusões da pesquisa e recomendações para futuros trabalhos sobre o tema.

2 TERCEIRO SETOR: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Este capítulo aborda o surgimento e o conceito do Terceiro Setor e as características que compartilha com a entidade estudada de modo a facilitar o entendimento do contexto para posterior apresentação do caso abordado.

2.1 SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Economicamente a sociedade se dividia em primeiro e segundo setor.

O primeiro setor é o Estado, formado pelas entidades públicas que englobam todas as empresas públicas e tem como função oferecer o bem estar social.

O segundo setor é o Mercado, constituído pelas empresas privadas com fins lucrativos que tem um único objetivo: gerar lucro. O lucro gerado é destinado unicamente aos proprietários, sócios, acionistas ou revertido em favor da empresa com intuito de gerar mais riqueza (COSTA JUNIOR, 2004).

Conforme Fernandes (1994, p.19),

surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do Mercado, há um Terceiro Setor, não-governamental e não lucrativo é, no entanto organizado, independente e mobiliza particularmente a voluntária do comportamento das pessoas.

Não é de hoje que essas ações voltadas para o social surgem na sociedade, mas foi a inovação tecnológica das empresas e a ineficiência do que proporcionaram o crescimento de organizações sem fins lucrativos.

As mais antigas organizações sociais são aquelas que estavam ligadas direta ou indiretamente à igreja, principalmente pela Igreja Católica, que através do suporte do Estado, prestava algum tipo de assistência às comunidades carentes de todo o Brasil.

Panceri (2000, p.114 APUD LANDIM, 1998)

até os finais do século XIX, quase tudo o que havia se consolidado no país em termos de assistência social, saúde e educação, constituía-se em organizações (sem fins lucrativos) criadas pela Igreja Católica, com o mandato do Estado. Ordens religiosas, confrarias, irmandades, dedicavam-se a criar hospitais, escolas, orfanatos, asilos, entre outras, organizações com relativa autonomia de funcionamento cujos recursos provinham de dotações da Coroa, de doações e heranças de "beneméritos", o que poderia ser chamada de "filantropia senhorial.

A partir do século XX, outras religiões, que assim como a católica entendiam que as atividades sociais deveriam ser praticadas pela religiosidade, passaram a gerar organizações de caráter social nos moldes já praticados pela Igreja Católica estreitando sua relação com o Estado, decorrente da divisão de parcerias com outras religiões (FERNANDES, 1994; PANCERI, 2000).

O período republicano no Brasil ocasionou mudanças significativas no cenário das Entidades, pois as parcerias entre o Estado e a Igreja se estreitaram ainda mais com o crescimento de Instituições que passaram a exercer funções até então realizadas somente pelas Igrejas. O aparecimento dessas Instituições se deu em da modernização ocorrida pela industrialização e urbanização por volta do ano de 1930.

O surgimento de novas formas de ações sociais por parte da própria sociedade passou a ter autonomia para agirem em benefícios de seus membros menos favorecidos, e o Estado com tamanho desenvolvimento e evolução por parte dessas entidades não acompanhou a evolução social desse período.

Como afirma Paiva (2007, p. 28):

a ineficiência do Estado e uma série de fatores econômicos mundiais têm levado a sociedade civil a buscar soluções próprias e como consequência tem havido o aumento no número de organizações do Terceiro Setor.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a administração pública reconhece a importância de atender as reivindicações da Sociedade a partir do estabelecimento de direitos mínimos aos trabalhadores urbanos (PANCERI, 2000).

Conforme Panceri (2000, p.113 APUD NASCIMENTO, 1999 e LANDIM, 1998),

os anos que se seguiram a 1930 marcaram a consolidação da industrialização no país e inauguraram o período de intervenção do Estado na sociedade e sua expansão na prestação direta de serviços públicos em áreas como educação, saúde, assistência e cultura. Foi reconhecido o papel do Estado na criação de áreas de associações organizativas, como sindicatos e instituições previdenciárias, e na criação de leis trabalhistas, carteira de trabalho, sufrágio universal, criação do sistema nacional de aprendizagem (SENAI, SENAC, etc) e da LBA (Legião Brasileira de Assistência, presidida pela então Primeira Dama, Darci Vargas).

Com essa nova postura adotada pelo Estado, houve um incentivo ainda maior às práticas de ações sociais.

No período do Regime Militar (1964-1988), o Estado cria grandes estruturas hierarquizadas e centralizadas, adotando uma postura mais controladora na área social, com o

objetivo de reduzir a pobreza e as diferenças regionais (NASCIMENTO, 1999; PANCERI, 2000).

Segundo Panceri (2001, p.115),

Os movimentos sociais autônomos ao regime cresceram e se desenvolveram sob a cobertura da Igreja e assumiram um caráter libertador, politizador e revolucionário. Para além dos sindicatos e partidos surgiram numerosas e “invisíveis” organizações civis, localizadas em bairros populares, constituindo se talvez nos primeiros atores sociais verdadeiramente autônomos, em relação ao Estado, e mais tarde, em relação à própria igreja.

A partir dos anos 70 e 80, a sociedade civil passou a abandonar as múltiplas formas de assistencialismo e começou a agir mais intensamente através dos movimentos sociais, associações civis - que cresceram bastante neste período - e ONGs, que contestavam o regime militar vigente. Os movimentos sociais começaram a se tornar atores de um confronto global de classes e passaram a atuar de forma mais incisiva, reivindicando direitos sociais junto ao Estado. Além disso, a partir das greves ocasionadas por volta da década de 80, o movimento sindical renasceu e passou a ter um caráter mais combativo (FERNANDES, 1994). Apesar dessa movimentação, os segmentos do Terceiro Setor mantiveram-se à distância dos governos.

No período de 1970, o país passava por mudanças que contribuíram para o crescimento dos movimentos sociais, que buscavam soluções para problemas localizados, como a falta de água, de terra, aumento nos preços, entre outros problemas sociais. A repressão militar ocorrida no final de 1970 deixou marcas, caracterizando a década de 1980, como um período de lutas pelos direitos civis, fazendo com que na década de 1990 a força da expressão “sem fins lucrativos”, ligada a um período de fracasso governamental nas ações sociais, desse início a uma expansão do Terceiro Setor, compondo ONGs, fundações, associações, clubes representativos e esportivos, institutos, etc. (MURARO; LIMA, 2003)

Nos anos 90 simultaneamente ao processo de democratização e à criação de novas instituições, o Brasil tem vivido uma crise econômica que se arrasta desde o final dos anos setenta, aumentando ainda mais as distâncias entre pobres e ricos. Neste período há uma redução das atividades do Estado. Com uma grande demanda social vivenciando e condições subumanas, os movimentos sociais e as ONGs começaram a dialogar e a estabelecer parcerias com o governo, com os empresários e até mesmo com as tradicionais associações de ajuda mútua e assistência (TENÓRIO, 2005; PANCERI, 2000).

Na sociedade brasileira, portanto, foi lenta e tardia a formação de um contexto propício à permeabilidade e atuação das organizações da sociedade civil. O Terceiro Setor originou-se para suprir a ineficiência do Estado (anteriormente de responsabilidades da Igreja Católica), mas, principalmente, a partir de relações orientadas pelos laços de solidariedade entre indivíduos, o espírito de voluntariado e o consenso na busca do bem comum.

2.2 CONCEITO DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor, segundo Lisboa (2003, p. 253), “compreende qualquer forma de atuação de organização privada sem fins lucrativos dirigida a finalidades públicas”.

O Terceiro Setor diferencia-se do primeiro setor que tem por objetivo a satisfação das necessidades sociais coletivas, e do segundo setor, que também é formado por organizações privadas, mas que tem por objetivo o lucro por meio da venda de bens e serviços.

O Terceiro Setor, de acordo com Ioschpe (2000, p. 26),

é um conceito que vem sendo utilizado no Brasil e em outros países, principalmente nos Estados Unidos da América, para designar o conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas de caridade, da filantropia e do mecenato, voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

Karpouzas e Santos (2008) afirmam que:

O Terceiro Setor compreende organizações de natureza privada, sem fins lucrativos e que visam atender interesses coletivos ou públicos, e já são reconhecidas pelo importante papel desempenhado na sociedade.

De acordo com Hudson (1999, p.1), as organizações pertencentes ao Terceiro Setor possuem duas características principais que as diferem das demais: não distribuem lucro, nem estão sujeitas ao controle estatal. Complementando, Coelho (2002, p. 143) afirma que as organizações do Terceiro Setor também são autônomas, autogovernadas e também delas participam indivíduos que se envolvem voluntariamente.

Segundo Salamon e Anheier (1997, p. 25), em estudo utilizado para elaboração do *Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts* (2002) (Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais), uma organização tem que ter as seguintes características básicas para ser classificada como Terceiro Setor:

- a) Formais – alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para a sua permanência por um período mínimo de tempo é requerida. Excluem-se do Terceiro Setor os agrupamentos temporários e informais de pessoas.
- b) Privadas – mesmo que sua principal fonte de recursos seja o Estado, as organizações do Terceiro Setor não são ligadas de nenhuma forma institucional a governos.
- c) Não distribuem lucros - a geração de lucros em si não é aspecto que diferencia as entidades tidas “sem fins lucrativos”, mas a finalidade que é dada a esses lucros, caso existam. Essas entidades não podem distribuir lucros e dividendos aos seus dirigentes. Quando a organização atingir receitas maiores que as despesas, ou excedentes financeiros, todo o “lucro” deve ser reinvestido integralmente na própria organização.
- d) Autônomas – as entidades do Terceiro Setor são controladas independentemente do Estado ou de empresas, possuindo os meios para realizar sua própria gestão. Seu processo decisório e estrutura de direção (governança) são geralmente encabeçados por um conselho, que pode ser eleito ou nomeado, temporário ou vitalício.
- e) Voluntárias – um grau significativo do trabalho realizado por essas organizações provém de mão-de-obra voluntária (não remunerada). A participação do trabalho voluntário varia de organização para organização, representando uma importante característica do setor em comparação aos demais (Estado e Mercado).

No Terceiro Setor existem organizações dos mais variados tipos, características e tamanhos. Há certa heterogeneidade nas instituições que o compõe como objetivos e finalidades diversas. Exemplos de organizações do Terceiro Setor são as organizações não governamentais (ONGs), as cooperativas, as associações, fundações, institutos, instituições filantrópicas e entidades de assistência social. Todas são entidades de interesse social, e apresentam como característica em comum, a ausência de lucro e o atendimento de fins públicos e sociais.

Apesar de usarem várias expressões para identificar o Terceiro Setor, como foi citado acima, juridicamente todas as categorias mencionadas, exceto as fundações, são constituídas sob a forma de Associação. O artigo 53 do novo Código Civil define que: “as associações são constituídas pela união de pessoas para fins não econômicos”. Quer dizer, associação é toda entidade que surge da vontade de um grupo de pessoas, por uma causa ou objetivos sociais comuns, e que seu propósito seja sem finalidade lucrativa.

Já a fundação é uma instituição que tem origem em um patrimônio ou conjunto de bens. A fundação pode ser constituída a partir da decisão de um só indivíduo. Assim ela nasce do desejo de um instituidor, que doa parte de seu patrimônio para o bem comum. Na prática, este indivíduo ou indivíduos precisam lavrar uma escritura pública, ou realizar um testamento, onde vai designar qual a parcela de seus bens se destinam a fundação, e para que finalidade eles devem servir.

Conforme o artigo 62 do novo Código Civil,

para criar uma fundação o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quer a maneira de administrá-la. Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

A essas categorias o poder público, através de certificados e titulações, concede benefícios às entidades que possuam tais certificados e titulações. Dentre as titulações pode-se citar as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). A denominação de OSCIP é um título que a entidade pode obter, mas não se caracteriza como um pré-requisito para que ela funcione. A lei que regula as OSCIPs é a Lei nº 9.790 de 23 março de 1999. Esta lei traz a possibilidade das pessoas jurídicas (grupos de pessoas ou profissionais) de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas pelo Poder Público como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e poder com ele relacionar-se por meio de parceria, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei. Existem outros títulos, como o de utilidade pública, que dá acesso a deduções do imposto de renda, ou de entidade beneficente de assistência social, que permite a isenção da cota patronal da seguridade social (TACHIZAWA, 2004; HUDSON, 1999).

Como regra geral estas organizações deverão atender demandas sociais, que por qualquer razão, deixaram de ser ou estão sendo mal supridas pelo Estado. Contudo, o que caracterizará como Terceiro Setor será o pressuposto primordial de que sua finalidade e missão buscam o suprimimento de demandas sociais decorrentes ou não da inércia ou ineficiência do Estado (primeiro setor) ou da iniciativa privada (segundo setor).

Em linhas gerais o Terceiro Setor é o espaço ocupado especialmente por entidades privadas sem fins econômicos, que realiza atividades que contribuem para a solução de problemas sociais e em prol do bem comum, situado no âmbito da sociedade e da economia, entre o público e o privado.

3 ATIVO IMOBILIZADO

Este Capítulo apresenta uma revisão bibliográfica procurando delimitar os principais conceitos envolvidos no assunto e dar uma base teórica para o desenvolvimento do problema específico.

3.1 CONCEITO DO ATIVO IMOBILIZADO

Quando se trata de Ativo Imobilizado é necessário que feito um controle interno na instituição, para que se tenha tudo registrado devidamente, conforme a legislação vigente. Segundo Marion (2005, p. 327), “entende-se por ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação d de uma empresa e que não se destina à venda”.

De acordo com a Lei nº 11.638, de 2007, no seu artigo 9, inciso IV, entende-se por Ativo Imobilizado,

os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.²

Logo subentende-se que neste grupo de contas do Balanço Patrimonial são incluídos todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da ociedade e de seu empreendimento.

São alguns exemplos de contas do imobilizado: terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, e utensílios, veículos, ferramentas e peças de reposição, construções em andamento, consórcios, importações em andamento, etc.

A classificação dos bens no ativo imobilizado está vinculada ao objeto da sua utilização. Desta forma, quaisquer direitos que representem bens que não estejam empregados na manutenção das atividades da empresa ou a isso destinados, devem ser classificados fora do ativo imobilizado, mas no grupo não circulante conforme a Lei nº11.941/ de 27/05/09.

O que caracteriza o imobilizado é a finalidade da aplicação, ou seja, ser o bem ou o direito destinado à exploração do objeto social e à manutenção da atividade da empresa. No ativo imobilizado incluem-se, de acordo com Iudícibus, Martins e Gelbeck (1995, 92), “A-Bens tangíveis, que têm um corpo físico, [...]”.

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1

Ativos tangíveis são bens corpóreos, concretos ou materiais, pelo fato de terem existência própria independente do meio em que se situam. Assim ferramentas, mesa, cadeira, etc. , quando utilizadas para manutenção da atividade da empresa, são bens tangíveis, uma vez que podem ser reconhecidos pelo tato ou visão.

Deve-se observar que os bens de caráter permanente, que poderão vir a ser utilizados em futuras expansões, deverão ser classificados no grupo de investimentos e não em imobilizados, enquanto não definida sua utilização.

Cada empresa, em seu ramo de atividade, classifica os bens do ativo imobilizado conforme sua necessidade de registro. Bens da mesma natureza, adquiridos pela empresa ao longo dos anos são registrados na mesma conta, facilitando o lançamento do bem e criando uma padronização de lançamentos.

Os bens em uso são os que já estão sendo utilizados nas atividades-fim da sociedade. Por outro lado, os investimentos em imobilizados que ainda não estão em operação são classificados como imobilizado em andamento (IUDÍCIBUS et al, 2007, p.191).

As doações são, para muitas entidades de interesse social, as mais importantes fontes de recursos. Essas doações podem ser em dinheiro, gêneros alimentícios, equipamentos ou outro ativo qualquer ou também por meio de prestação de serviços. Considera-se doação uma transferência ou uma promessa de transferência de dinheiro ou outros ativos para uma entidade, ou um cancelamento de um passivo, sem a necessidade de uma contrapartida. Conforme a NBC T 4.2.7.2 “os bens e direitos recebidos por doação são registrados pelo valor nominal ou de mercado, o que for mais claramente identificado”.³

A NBC T 10, que trata dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, em seu item NBC T 10.19 - Entidades sem Finalidades de Lucros, afirma que “10.1.3 - As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receitas. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social”.⁴

A obrigação de prestar contas e de que esta prestação seja efetiva, deixam claro que questões de natureza contábil não são assunto apenas de empresas que visam lucro.

As demonstrações contábeis, pelo conjunto de informações quantitativas e qualitativas que contém, constituem o fundamental instrumento de prestação de contas, além de ser uma exigência legal, sendo que para ser aplicada ao Terceiro Setor basta que seja seguida uma nomenclatura específica.

³ <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t4.htm>

⁴ <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>

3.2 AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

A avaliação dos Ativos de uma empresa é importante pelas mais diferentes razões. Os valores de mercado dos bens distanciam-se dos valores registrados na Contabilidade das empresas, devido a variação do poder aquisitivo da moeda ao longo do tempo. Somente avaliando-se o ativo pode-se obter a visualização dessas distorções.

A Deliberação CVM nº 27, de 05 de fevereiro de 1986, considera que “a Contabilidade tem um conjunto de princípios para avaliação de ativos que varia conforme a sua natureza, mas baseia-se, principalmente, no custo original dos referidos ativos”⁵.

O custo original registrado no imobilizado é formado pela soma de todos os gastos efetuados desde o ato da compra de um bem até o momento que o mesmo é colocado em uso.

A NPC – Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC 7 – Pronunciamento Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON nº 7 de 18/01/2001, considera que:

O custo de um bem do imobilizado compreende o seu valor de compra, incluindo custos de desembaraço alfandegários e impostos não restituíveis sobre a compra, e quaisquer custos diretamente atribuídos para colocar o ativo em condições operacionais para o uso pretendido: quaisquer descontos comerciais e abatimentos são deduzidos para chegar ao valor de compra.⁶

O Conselho Regional de Contabilidade não admite a modificação do valor original de um bem, direito ou obrigação após estes serem registrados no patrimônio da entidade. Porém, a legislação em vigor no país, se opõe ao princípio do registro pelo valor original, autorizando a avaliação dos bens, direitos ou obrigações, registrados no patrimônio.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750 de 1993, através do registro pelo valor original, estabelece: “II – uma vez integrado no patrimônio, os bens, direitos ou obrigações não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua composição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais”⁷.

O inciso V do art. 183 da Lei nº 6.404/76 estabelece os critérios de avaliação do ativo, “no balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios: V –

⁵<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=D&File=/deli/deli027.htm>

⁶ <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc7.htm>

⁷ <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=princbase#rescfc750c2s4>

direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão”⁸.

A base de cálculo para avaliação desses ativos é o custo de aquisição de um bem integrante do patrimônio da empresa, retirada a sua depreciação.

3.3 REAVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

Reavaliação significa a adoção de um novo valor para os bens do ativo, normalmente o valor de mercado, abandonando-se a valorização pelo custo histórico. O objetivo da reavaliação é apresentar os valores do ativo e patrimônio líquido de forma mais condizente com a realidade e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis que têm seus ativos reavaliados apresentam patrimônio líquido e resultados mais equânimes com relação a suas operações e ao mercado.

No Brasil a permissão da reavaliação se deu através do § 3º, art. 182 da Lei nº 6.404/76, redação dada pela Lei 11.941 de 27/05/2009:

serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei⁹

A deliberação CVM nº 27, de 05 de fevereiro de 1986, estabelece os ativos que podem ser reavaliados:

a Lei nº 6.404 menciona que a reavaliação pode ser feita para os "elementos do ativo", o que dá o entendimento de que poderá abranger não só itens do imobilizado, como de investimentos e ativo diferido, além de estoques etc. A legislação fiscal é mais restritiva e refere-se, somente, a itens do ativo permanente não abrangendo, portanto, os estoques outros ativos constantes do Circulante ou Realizável a Longo Prazo¹⁰.

A reavaliação do Ativo Imobilizado muitas vezes se faz necessária para poder corrigir a diferença entre os valores do patrimônio depreciado contabilmente e ativado nos

⁸ <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm

¹⁰ <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=D&File=/deli/deli027.htm>

balanços e o valor de mercado destes ativos, gerando assim as reservas de reavaliação, que podem ser contabilizados para a melhora do resultado final, contábil – financeiro da empresa.

O artigo 8º da lei 6.404/76 diz que:

Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.

§ 1º Os peritos ou empresa especializada deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruídos com os documentos relativos aos bens avaliados. É importante também que o laudo conste a vida econômica do bem reavaliado para efeito de depreciação.¹¹

A respeito da contabilização, deverá ser utilizada a seguinte forma: debita-se o próprio ativo reavaliado pela diferença entre o valor laudo e o constante anteriormente, e o crédito deverá ser feito na sub-conta de reavaliação de ativos próprios dentro das reservas de reavaliação, no patrimônio líquido.

3.4 GASTO COM O ATIVO IMOBILIZADO

Para ser registrado no ativo imobilizado o bem deve ter como característica vida útil superior a um ano, então com o passar do tempo esse bem vai perdendo sua capacidade de gerar benefícios exigindo gastos com manutenção e reparos.

O parágrafo 2º, art. 301 do Regulamento do Imposto de Renda 1999, estabelece que: “§ 2º Salvo disposições especiais, o custo dos bens adquiridos ou das melhorias realizadas, cuja vida útil ultrapasse o período de um ano, deverá ser ativado para ser depreciado ou amortizado”.¹²

Segundo Iudícibus, (et al 2007, p. 212) os gastos relacionados com o ativo imobilizado podem ser de duas naturezas.

1. gasto de capital – são os que irão beneficiar mais de um exercício social e devem ser adicionados ao valor do ativo imobilizado.
2. gastos do período (despesas) – são os que devem ser agregados às contas de despesas do período, pois só beneficiam um exercício e são necessários para manter o Imobilizado em condições de operar, não aumentando o valor.

¹¹ <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>

¹² <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte1.htm>

As despesas com reparos e conservação dos bens, ou destinadas a mantê-los em condições eficientes de operação, são contabilizados como despesas do período.

Porém, se dos reparos, conservação ou substituição de resultar aumento de vida útil prevista ou da capacidade produtiva, essa despesa deve ser adicionada ao valor do bem.

3.5 DEPRECIAÇÃO

A depreciação é considerada como um reconhecimento da física de um bem, causada pelo uso ou pela ação da natureza. Com exceção de terrenos e de alguns outros itens, os elementos que integram o ativo imobilizado têm um período limitado de vida útil econômica.

Segundo Iudícibus, (et al 2007, p. 221),

a diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:
a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que tem por objeto bens físicos sujeitos os desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência [...].

A diminuição do valor dos bens corpóreos registrados no ativo imobilizado será registrada em conta redutora desses ativos.

O art. 307 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 – RIR/99, estabelece: “art. 307, podem ser objeto de depreciação todos os bens sujeitos a desgaste pelo uso ou por causas naturais ou obsolescência normal [...]”¹³.

Os terrenos e os bens imobilizados que não estão em operação sofrem desgaste por causas naturais mas de acordo com a lei não sofrem depreciação.

Como cita o artigo do RIR/99 “podem ser objeto de depreciação”, então concluímos que a depreciação não é obrigatória para efeito IR, porém é importante que a empresa a faça, para apresentar um resultado mais próximo da realidade. Para fins de tributação, a despesa com depreciação não apurada em um exercício não poderá ser acumulada para o exercício seguinte.

¹³ <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/RIR/L2Parte2.htm>

3.6 TAXAS DE DEPRECIAÇÃO

Para cálculo da taxa de depreciação é essencial saber o prazo de vida útil do bem a ser depreciado. A taxa de depreciação fixada pela legislação do imposto de renda refere-se a uma jornada normal de oito horas.

Exemplos de algumas taxas usuais para depreciação, segundo Iudícibus, (et al 2007, p. 223), “bens móveis em geral 10%, edifícios e construções 4%, sistema de processamento de dados 20%, máquinas e instalações industriais 10%, 0%”, todas taxas anuais.

Taxas de depreciação maiores poderão ser adotadas pelas empresas, desde que devidamente aprovadas em laudo técnico emitido pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas ou pelo INPI – Instituto Nacional de Pesquisas Industriais.

O artigo 312 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 estabelece em relação aos bens móveis que poderão ser adotados, em função do número de horas diárias de operação, os seguintes coeficientes de depreciação acelerada, “1,0 para um turno de oito; 1,5 para dois turnos de oito horas; 2,0 para três turnos de oito horas”.¹⁴

No caso de incentivar a implantação, renovação ou modernização de instalações e equipamentos, a legislação poderá autorizar a utilização de coeficientes de depreciação acelerada, a vigorar durante prazo pré-estabelecido, para determinadas indústrias ou atividades.

A depreciação acelerada incentivada diferencia-se da depreciação acelerada em razão de turnos, pela forma de registro. Enquanto a primeira tem a parcela do incentivo controlada no Livro de Apuração do Lucro Real (Parte B), a segunda é registrada exclusivamente na Contabilidade.

O artigo 301 do Regulamento do Imposto de Renda 1999 estabelece que o prazo de vida útil admissível para fins de depreciação de bem adquirido usado é o maior dentre os seguintes: “I – metade do prazo de vida útil admissível para o bem adquirido novo; II – restante da vida útil do bem, considerada esta em relação à primeira instalação desse bem”.¹⁵

Assim, para efeito de comparação, o adquirente do bem o deve solicitar ao alienante que lhe forneça documento que comprove a data de início da utilização do bem, que de acordo com sua natureza, poderá ou não coincidir com a data em que foi adquirido novo.

¹⁴ <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte2.htm>

¹⁵ <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte1.htm>

3.7 BAIXA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

A NPC – Norma e Procedimentos de Contabilidade – NPC 7 – Pronunciamento Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON nº 7 de 18/01/2001, esclarece que “um bem do ativo imobilizado deve ser eliminado do balanço por ocasião da baixa ou quando o ativo for retirado permanentemente do uso e não se esperam futuros benefícios econômicos de sua baixa”.¹⁶

Sempre que for constatado que um bem trará nenhum tipo de benefício para a empresa, seja por desgaste, obsolescência, exaustão ou extinção, esse bem deverá ser baixado das respectivas contas do ativo imobilizado.

Um bem baixado, por ter se tornado imprestável antes de decorrido seu prazo de vida útil, terá um valor residual contábil (custo corrigido menos depreciação acumulada). Valor esse que deve ser reconhecido como receita na demonstração do resultado.

Quando a baixa por venda do bem, deve-se apurar os ganhos ou perdas, pela diferença entre o valor líquido estimado de venda menos o residual contábil do bem. Os ganhos ou perdas também são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

Na compra de bem novo, utilizando bem usado como parte de pagamento, sob o ponto de vista contábil ocorrem duas transações distintas, uma de compra e outra de venda. Assim deve ser registrada a baixa do bem por venda, para apurar o ganho ou perda de capital, e depois a avaliação do bem novo para fins de registro.

3.8 CONTROLE PATRIMONIAL

O controle do ativo imobilizado, acompanhado desde o momento da compra resulta em qualidade aos serviços e possibilita sua manutenção. das principais atribuições da Contabilidade é o controle do patrimônio da entidade.

Iudícibus, (et al 2007, p. 191), afirmam que, para controlar o registro contábil, “o imobilizado deve ter contas para cada classe principal de ativo, para o registro do seu custo”.

Além do registro contábil, é necessário a criação de alguns controles extra-contábeis, como controles físicos, nomeação e classificação dos setores para o registro individual de cada unidade que fará parte do ativo imobilizado de uma entidade.

¹⁶ <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc7.htm>

Os registros de ativos imobilizados podem ser mantidos manualmente ou por sistemas computadorizados de controle patrimonial, dependendo do volume de bens patrimoniais da empresa. Registros extra-contábeis não são obrigatórios, mesmo porque não há legislação que obrigue, porém são de grande utilidade para o controle do patrimônio da entidade.

3.9 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Para realizar o controle sobre os bens, existem algumas tarefas que devem ser seguidas sistematicamente para que o controle seja eficiente. Tais tarefas estão incluídas dentro dos três procedimentos básicos de controle patrimonial, os quais são: aquisição, movimentação e alienação de bens.

a) Aquisição:

Há várias maneiras de realizar o ingresso dos bens na empresa, seja por compra, doação, fabricação própria, consórcio, permuta, desapropriação, entre outras. Para adquirir um bem, a empresa deve avaliar a real necessidade de aquisição, com base nas observações das rotinas de trabalho e nas informações disponíveis sobre a atualidade dos bens, sempre verificando se na empresa há em disponibilidade outro bem com característica idêntica que possa atender as exigências da área requisitante.

Na aquisição de um bem do imobilizado, há necessidade registrar o custo total na conta própria desse bem, no subgrupo ativo imobilizado. Os custos de aquisição do bem compreendem o valor da compra, incluindo os custos de desembaraço alfandegário, impostos não restituíveis sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições operacionais de uso.

Os juros com empréstimos e financiamentos são considerados como despesas, não fazendo parte do custo do bem, assim como os descontos comerciais e abatimentos são deduzidos para se chegar ao valor de compra.

Cada empresa deverá estipular critérios para as imobilizações dos bens de pequeno valor, não esquecendo de observar o artigo 301 do Decreto nº 3000 do RIR/1999 – Regulamento do Imposto de Renda, que fixou “R\$ 326,61” (trezentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), como valor máximo para lançamento da despesa operacional na aquisição de bens imobilizados, mesmo que a vida útil do bem seja superior a um ano.¹⁷

¹⁷ <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte1.htm>

O uso de etiquetas é utilizado para identificação dos bens, além das fichas analíticas ou controle informatizado. Nas etiquetas são gravados os números de identificação ou códigos utilizados na organização e fixadas em cada bem e etiquetas devem permanecer fixadas até o momento da baixa do mesmo.

b) Movimentação:

Os bens patrimoniais se movimentam por várias áreas da empresa, por terem a característica de vida longa. Por isso é necessário o acompanhamento dessa movimentação existente pelo controle patrimonial.

Barroso Júnior (1981, p. 155) diz que movimentação “São as diversas situações que um bem patrimonial pode passar desde a sua inclusão até a sua baixa. Considerando-se como movimentação, a transferência, o recolhimento, a retirada e o abandono”.

A área de controle patrimonial deverá elaborar formulários nos quais as demais áreas prestem informações de todos os movimentos do bem dentro e fora da empresa.

As transferências nas organizações ocorrem quando um bem é transferido para outra área da organização ou é transferido para outro responsável, para tanto, torna-se necessária a emissão de um termo de transferência em três vias, uma para a área que está transferindo, uma para a área que está recebendo e outra para área responsável pelo patrimônio, para atualizar no sistema patrimonial, a localização do bem e o seu devido responsável.

O recolhimento ou retirada é, para Barroso Junior (198 p.155), “a operação de passagem de um bem de um órgão da empresa para o seu almoxarifado em razão de se tornar obsoleto, excedente ou imprestável”.

Quando um bem é considerado obsoleto ou desnecessário, este é recolhido ao almoxarifado, e posteriormente pode ser redistribuído outra área que julgá-lo em condições de uso ou que dele necessite. Os procedimentos nesse caso serão idênticos aos da distribuição do bem novo.

Como toda movimentação deve ser documentada, utiliza-se no recolhimento um formulário que, dependendo da empresa, recebe nomes diferenciados como: devolução de materiais ou guia de recolhimento de bem patrimonial. Dado o recolhimento do bem, ocorre um procedimento contábil, cujo lançamento será um crédito no valor do bem para a área que o devolveu e conseqüentemente um débito ao almoxarifado, no valor de aquisição mais depreciação, correção, avaliação, etc.

O abandono é utilizado quando o bem for roubado, extraviado ou totalmente irrecuperável. Por envolver valores econômicos para recuperá-lo ou removê-lo utiliza-se esta medida excepcional para efetivar a baixa.

c) Alienação de Bens:

Quando um bem perder sua utilidade e torna-se antieconômico para a empresa mantê-lo registrado no seu patrimônio, esse bem deve ser alienado. O processo de alienação inicia-se com um parecer técnico emitido pela comissão encarregada de examinar e avaliar os bens destinados a qualquer tipo de alienação.

A alienação corresponde à transferência do bem para outra categoria, que, segundo Santos (1997, p. 64) são três:

- material obsoleto: quando não mais deva ser utilizado na empresa, por se tornar tecnicamente e/ou economicamente superado, [...].
- material inservível: quando perder as condições de uso o fim a que se destina, [...].
- material excedente: quando for verificada sua inaplicabilidade na empresa em qualquer época, independente de obsolescência, [...].

Para Barroso Júnior (1981, p. 157), além dessas três categorias, existe uma quarta categoria denominada sucata, “os bens patrimoniais que, tornando-se imprestáveis para qualquer uso, contenham valor pela matéria-prima”.

Somente após ser transferido para uma dessas quatro categorias, é que o bem deve ser alienado e baixado do sistema patrimonial e da Contabilidade. A alienação acontece pelas seguintes modalidades: por cessão ou doação, por permuta, por venda e por leilão público.

A cessão ou doação ocorre quando a empresa proprietária de um bem cede esse bem para outra entidade, sem nenhum ônus para a empresa que efetua a cessão ou doação. Lembrando que o bem só pode ser cedido após avaliação técnica e aprovação da área responsável.

Outra forma de alienação é a permuta, que consiste na troca de um bem que não serve mais à empresa por outro que terá sua utilidade. A permuta difere da cessão ou doação por ser feita a partir de um edital de alienação.

Na venda a administração deve convocar os possíveis interessados para apresentação de suas propostas. Compete à administração escolher a melhor proposta.

A última modalidade de alienação se dá pelo leilão público. Como nos casos anteriores é nomeada uma comissão para avaliar e alienar os bens imprestáveis, que vão ser leiloados.

4 RESULTADO DA PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÃO DA IDES/PROMENOR

A Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem caráter filantrópico, que iniciou suas atividades sociais em 1910 com o seu primeiro programa, o abrigo Lar São Vicente de Paulo. A IDES foi fundada no século XVIII, em 10 de junho de 1773, tem sua sede na capital de Santa Catarina, Florianópolis.

Em 1977 a Irmandade cria outro programa, o Jardim de Infância Girassol, e neste mesmo ano incorporou a Sociedade Promocional do Menor Trabalhador (PROMENOR), que na época passava por uma crise financeira insustentável.

A PROMENOR foi criada em 1977, com o objetivo de oferecer atendimento aos menores carentes que trabalhavam sob formas desumanas na região da Grande Florianópolis, mantendo muitos programas de capacitação e qualificação desses jovens trabalhadores, através de recursos oriundos do Estado. Porém em meados dos anos 70, década de crise financeira no Estado, a instituição estava trabalhando com pouquíssimos recursos, fazendo com que na época a diretora da instituição, procurasse a Irmandade informando a situação em que se encontrava a PROMENOR. Assim, com dificuldades de manter seus programas, em maio de 1977 a PROMENOR passou a ser mantida e administrada pela IDES.

Com a incorporação, a IDES/PROMENOR passou a ser gerenciada por uma única diretoria executiva (voluntária), conduzida por um único provedor (presidente) e vice-provedor (vice-presidente).

A estrutura organizacional da IDES/PROMENOR, como demonstra a Figura 01, é dividida em Assembléia Geral, Mesa Administrativa, Conselho Fiscal, Conselho Executivo, Diretoria Executiva e Colaboradores.

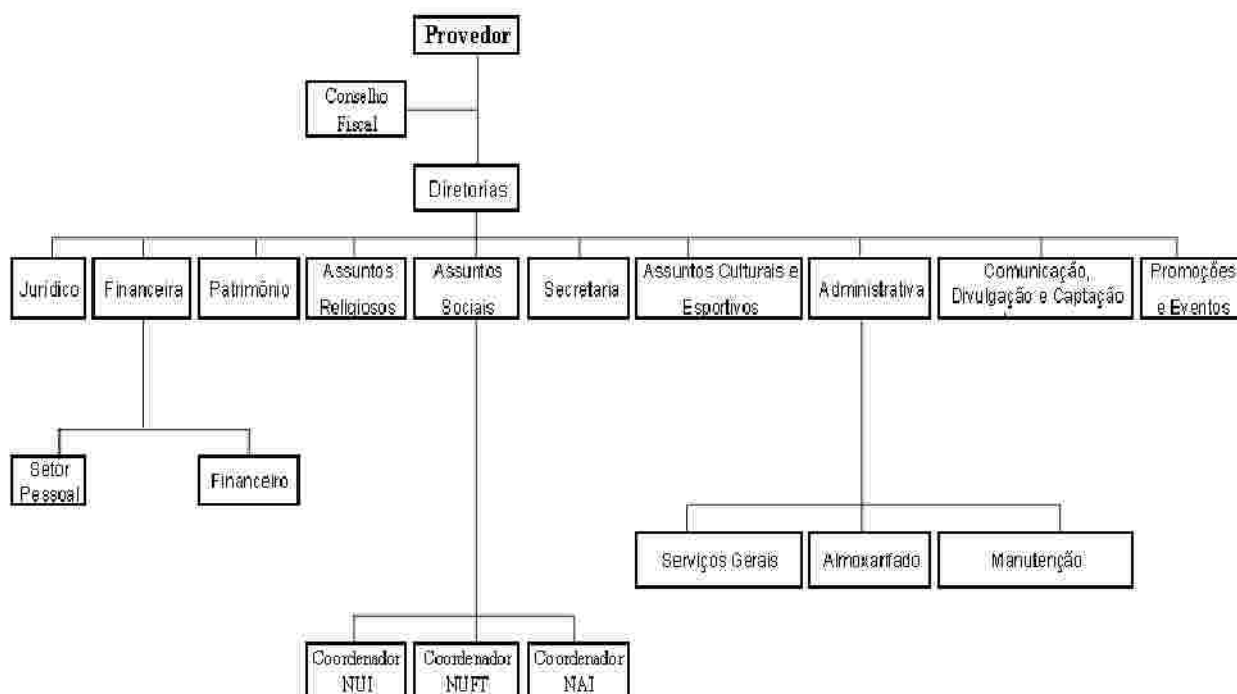


Figura 01 – Organograma da estrutura organizacional da IDES/PROMENOR

Fonte: Autor (2009)

Compete à Assembléia Geral eleger e empossar o Provedor e o Vice-provedor, os membros do Conselho Fiscal e Consultivo, bem como seus suplentes; analisar e aprovar as contas da diretoria, ouvindo antes o Conselho Fiscal; alienar bens e imóveis; apreciar recursos contra decisões dos conselhos consultivos e fiscais; destituir administradores e conselheiros e alterar os estatutos. Já o Conselho Fiscal tem a finalidade de analisar as contas da Irmandade, bem como os balancetes contábeis e as contas da diretoria; examinar anualmente o balanço e seus anexos relativos à prestação de contas da diretoria, remetendo-os à assembléia geral para análise e aprovação (ESTATUTO DA INSTITUIÇÃO). À diretoria executiva cabe dirigir a Irmandade, executar o estatuto e promover a plena consecução de suas finalidades.

Além da estrutura executiva a estrutura organizacional da IDES/PROMENOR conta com um quadro de cento e dez funcionários, estagiários e voluntários para colaboração na administração dos seus projetos, exercendo funções sociais, desenvolvendo e aplicando os programas delimitados. Entre os funcionários, estagiários e voluntários, estão gerentes administrativos e financeiros, gerente técnico, gerente operacional, pedagogas, assistentes sociais, psicóloga, auxiliares financeiros, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de manutenção, auxiliar de escritório, auxiliar de sala, estagiários odontologia, serviço social, contador, monitor de educação, técnico gráfico, costureiras, cozinheiras e motoristas.

Todos os funcionários estão distribuídos conforme suas funções dentro de cada Núcleo e Setores que auxiliam no desenvolvimento dos Núcleos.

Os setores auxiliares são constituídos pela Administração, Cozinha, Lavanderia e *Show Room*.

A Administração engloba todos os Serviços Gerais, o Almoxarifado e Manutenções dos Núcleos, objetivando administrar da melhor maneira os recursos econômicos obtidos e oferecendo uma melhor condição de vida aos beneficiados. Na Cozinha são realizadas todas as refeições que a instituição oferece aos seus usuários e colaboradores, já na Lavanderia são realizadas todas as lavagens de roupas, lençóis, toalhas que são utilizados pela instituição em seus núcleos e departamentos. E com colaboradores, pessoas que praticam caridade, é composto o *Show Room*, que realiza atividades de artesanato, em que todo o trabalho realizado é oferecido à comunidade por preços acessíveis, voltando esses recursos para as atividades desenvolvidas pela instituição.

A instituição IDES/PROMENOR mantém a sua estrutura através de contribuições, anuidades pagas pelos irmãos¹⁸, subvenções, convênios e auxílios recebidos do poder público, rendas e aluguéis ou alienação de bens móveis ou imóveis integrantes de seu patrimônio, rendas e serviços ou venda de artigos produzidos pela de, donativos recebidos de pessoas físicas ou jurídicas e com resultado líquido da “Festa do Divino”¹⁹, aplicando integralmente suas rendas e receitas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos.

A instituição como um todo tem como missão: “atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social” (ESTATUTO DA INSTITUIÇÃO). E seus principais objetivos são a manutenção e a realização da “Festa do Divino”, de modo a manter os laços das origens açorianas da comunidade de Florianópolis, que atualmente vem sendo um pilar de sustentação financeira para manutenção dos programas; manter e administrar o Lar São Vicente de Paulo, fundado em 09 de maio de 1910; administrar e manter a ção Promocional do Menor Trabalhador (PROMENOR), fundada em 12 de julho de 1971, e assumida pela Irmandade, conforme Protocolo de Compromisso firmado em 28 de maio de 1977; difundir as atividades esportivas e culturais, como meio de educação e integração à comunidade, dos adolescentes e de seus familiares; promover ações em defesa do meio ambiente e integração das crianças; e

¹⁸ Irmãos são os associados da Instituição que foram nomeados com essa expressão conforme a tradição.

¹⁹ A Festa do Divino tem sua origem em Portugal, é um culto realizado em louvor ao Divino Espírito Santo, celebrado principalmente na Ilha de Santa Catarina e nos municípios litorâneos, sendo uma tradição secular transmitida pelos açorianos que chegaram a Florianópolis no século XVIII.

manter outras obras assistenciais, sociais e programas, incluídos os já existentes ou outras que venham a ser criadas ou encampadas, destinadas a proteção da criança e adolescente em situação de risco social, necessitados de amparo e acompanhamento (ESTATUTO DA INSTITUIÇÃO).

Atualmente a IDES/PROMENOR vem desenvolvendo vários programas que atendem em torno de 1.100 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, renda familiar baixa e exclusão social, que são atendidos nos núcleos: Núcleo da Infância (NUI), Núcleo da Arte e Educação (NAE), e Núcleo de Formação e Trabalho (NUFT).

A) Núcleo da Infância - NUI

O Núcleo da Infância tem como objetivo cuidar e educar crianças com faixa etária de 0 a 6 anos de idade, subdividindo-se em :

- Abrigo Lar São Vicente de Paulo

O abrigo Lar São Vicente de Paulo atende crianças de 0 a 6 anos de idade, que chegam a instituição através de órgãos competentes, como o Conselho Tutelar e a Justiça da Infância e da Juventude, por terem seus direitos violados, permanecendo na instituição até a saída da decisão judicial para definir os encaminhamentos possíveis, como o retorno familiar ou para adoção.

O Abrigo Lar São Vicente de Paulo conta com um quadro pessoal específico para suas necessidades, como assistentes sociais, monitores, cozinheiras, auxiliares de serviços gerais, estagiárias de serviço social, psicólogas e professoras.

- Centro de Educação Infantil Girassol – CEIG

O Centro de Educação Infantil Girassol, atende aproximadamente 250 crianças da região da Grande Florianópolis por dia, na faixa etária dos 2 aos 6 anos de idade. Esse programa tem o objetivo de contribuir para a formação social, psicossocial e educativa através de vivências pedagógicas para crianças de famílias que têm características de baixa renda, cujos pais trabalham fora do lar. Além disso, atende também as crianças que moram no Abrigo Lar São Vicente de Paulo.

O CEIG funciona 11 horas por dia, oferecendo três refeições diárias às crianças, e conta com ajuda para a realização da formação educacional das crianças, secretárias, auxiliares de limpeza, professores, recreadoras, pedagogas, assistentes sociais e estagiárias da pedagogia.

B) Núcleo de Arte e Educação - NAE

O Núcleo de Arte e Educação presta serviço de educação complementar à população desprovida de condições socioeconômicas.

O objetivo do NAE é construir um ambiente de cultura prazeroso que possibilite a formação de cidadãos críticos, criativos, ativos, cooperativos e construtores de um mundo mais justo, por meio de ações que visem à inclusão e o desenvolvimento social.

O NAE atende 200 crianças diariamente, com faixa etária de 7 a 14 anos, em período oposto ao horário de aula, proporcionando práticas educativas voltadas à reflexão e a ação, tendo como foco a arte, mediadas pelas atividades de dança, teatro, literatura, capoeira, artes plásticas, música/coro, esportes, xadrez e informática.

O NAE conta também com assistência odontológica preventiva, oferecida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através de seus alunos que estudam odontologia e prestam trabalhos voluntários.

C) Núcleo de Formação e Trabalho – NUFT

O Núcleo de Formação e Trabalho engloba todos os fatores que levam à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O NUFT tem por objetivo proporcionar um espaço de aprendizado e qualificação profissional aos jovens entre 15 e 18 anos, visando a formação e o desenvolvimento do cidadão para seu ingresso no mercado de trabalho.

O NUFT oferece a esses jovens cursos de formação que os possibilitem adquirir habilidades técnicas em várias áreas, além do ingresso de sua primeira experiência profissional através de convênios realizados entre a IDES/PROMENOR e empresas da Grande Florianópolis.

Os jovens trabalham 5 (cinco) dias por semana, no período oposto ao das aulas, e uma vez por semana eles são dispensados para o curso de capacitação oferecido na estrutura física da IDES/PROMENOR, obtendo uma duração média entre 17 e 19 (dezessete e dezenove) meses de acordo com a necessidade de cada empresa, subdividindo-se em 9 (nove) módulos teóricos.

Os cursos oferecidos atualmente são: informática, espanhol, empreendedorismo, inglês, capacitação para o primeiro emprego, montagem manutenção de microcomputadores, com uma duração de 300 (trezentas) horas/aulas e 1020 (mil e vinte) horas de experiência profissional, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente e a Lei de Aprendizagem.

4.2 PROJETOS DE EXTENSÃO JÁ REALIZADOS NA INSTITUIÇÃO

Esta pesquisa é a continuidade de projetos anteriormente realizados na instituição, através de projetos de extensão, desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a IDES/PROMENOR, sob a coordenação dos professores Marcos Laffin e Maria Denize Henrique Casagrande. Tais atividades consistiram no levantamento físico dos bens da instituição para futura implantação de um sistema de controle patrimonial.

Com a insuficiência de recursos para investir em uma administração patrimonial a IDES/PROMENOR, no ano de 2003, solicitou o primeiro projeto denominado Controle do Ativo do Imobilizado, que teve como objetivo o levantamento dos bens materiais que posteriormente seriam classificados no Ativo Permanente - Imobilizado da Entidade. Com a realização desse trabalho obteve-se o levantamento físico dos bens como: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios da instituição.

Três anos se passaram e os levantamentos feitos pelo projeto de Controle do Ativo Imobilizado de 2003 se desatualizaram pela falta de continuidade por parte da instituição na manutenção do controle físico dos seus bens. Assim, em 2006 a instituição solicitou novamente levantamento físico dos bens ao Departamento de Ciências Contábeis, na pessoa da Professora Maria Denize Henrique Casagrande para que houvesse uma atualização, corroboração e comparação com o relatório já existente, elaborado em 2003, pela equipe coordenada pelo Professor Marcos Laffin.

Com a atualização do levantamento físico realizado no do projeto em 2006, no ano de 2007, o projeto foi prorrogado dando continuidade aos trabalhos realizados objetivando a implantação de um sistema de controle patrimonial, no intuito de estabelecer normas de serviços para os bens patrimoniais, e obtendo um controle patrimonial efetivo dos bens da instituição. Este projeto teve seu término em dezembro de 2008.

Em 2009, a IDES/PROMENOR solicitou novamente que o projeto fosse continuado garantindo o controle do seu ativo imobilizado, mas por falta de condições de atendimento à solicitação, o projeto não foi colocado para apreciação do Departamento de Extensão da UFSC.

4.3 SETOR DE CONTROLE PATRIMONIAL

Um planejamento bem estruturado do patrimônio deve permitir a empresa organizar-se para realização de seu controle patrimonial. Essa atividade na IDES/PROMENOR, ficou sob responsabilidade de um setor específico, que passou a cuidar da administração de alguns bens como móveis, utensílios, máquinas e equipamentos.

O Setor Patrimonial foi implantado para normatizar a gestão dos bens patrimoniais, ainda que tardia, buscando corrigir rumos e saneando deficiências no controle dos ativos, como os bens citados no parágrafo anterior.

A falta de controle patrimonial desses bens pode provocar consequências negativas sobre o controle dos bens, como o descuido ou, devido falta de controle, o não uso de um bem por outro Núcleo que pode utilizá-lo, sendo nesse caso mais útil do que onde esteja, comprometendo com isso a sua capacidade de empreender ações no atendimento de seus anseios.

O setor responsável pelo controle do patrimônio precisa ter uma visão de investimento em capacitação dos servidores da Instituição, dando condições operacionais no desenvolvimento de seus trabalhos obtendo com isso uma equipe de pessoas capacitadas para trabalhar no Setor de Patrimônio da instituição.

Este setor enfrenta algumas dificuldades como o descompromisso pelas atividades a serem realizadas, por parte de alguns administradores colaboradores da instituição, por acomodação da realidade, falta de visão do futuro ou falta de conhecimentos mais profundos

da área patrimonial (leigos no assunto). Mas essa realidade a IDES/PROMENOR quer mudar, com a introdução desse Setor na Estrutura da mesma.

Criou-se uma diretoria de Patrimônio através de votação em Assembléia com o intuito de regulamentá-la, dando com isso sustentação ao Setor no cuidado com seu ativo imobilizado.

Em conjunto com a Diretoria Financeira, a Diretoria de Patrimônio criou então o Setor de Patrimônio com objetivo de controlar adequadamente os bens patrimoniais, estabelecer responsabilidades pelo uso, movimentação e guarda desses bens através do controle e processamento eletrônico de dados.

A Diretoria tem a finalidade de estabelecer normas e procedimentos para regulamentar as atividades feitas sobre o Patrimônio físico da instituição.

O primeiro passo realizado pela Diretoria de Patrimônio foi à comunicação através de reuniões sobre os novos planos e objetivos aos colaboradores (quadro funcional) da instituição. O intuito foi conscientizar os funcionários de quanto é controlar o Patrimônio físico, (através de móveis, imóveis, máquinas e equipamentos) para a realização dos trabalhos desenvolvidos na IDES/PROMENOR.

Os funcionários da instituição têm a responsabilidade imediata pelos bens que estão sob sua guarda. Entretanto, todos os funcionários, indistintamente, têm o dever de zelar pela conservação e manutenção dos bens móveis/imóveis da instituição.

Assim, a Diretoria de Patrimônio regulamenta suas normas no Título XII, art. 1, '8º' do Regulamento Interno da IDES/PROMENOR, conforme o Anexo B.

Tornou-se necessário que essas normas e regulamentos sejam amplamente divulgadas de forma que todos os funcionários integrantes da força de trabalho, tenham conhecimento do seu conteúdo, fazendo-se cumprir tais exigências com rigor.

O objetivo da criação do Setor de Controle Patrimonial na instituição é manter e controlar adequadamente os bens patrimoniais, analisar a necessidade de aquisição de equipamentos, evitando a compra de bens desnecessários, estabelecer responsabilidades pelo uso, movimentação e guarda desses bens, criando condições de registro e controle dos mesmos através de processamentos eletrônicos de dados, além de supervisionar e controlar a manutenção e o conserto dos mesmos, quando necessário.

4.4 SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL

Para se efetuar o controle sobre os ativos imobilizados o projeto de extensão realizado em parceria com a IDES/PROMENOR desenvolveu um sistema de controle patrimonial informatizado.

O sistema de controle patrimonial foi construído por uma empresa terceirizada, TG Desenvolvimento de Sistemas, e com por uma acadêmica do curso de graduação Ciências Contábeis, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina.

A aplicação de processos informatizados na instituição visou garantir rapidez e eficiência no processo de controle dos ativos imobilizados. A escolha de um sistema informatizado tem relação direta tanto com os setores que fornecem os dados quanto com os setores beneficiários. Por isso na implantação do sistema, foi necessário delinear um plano de ação para introduzir o sistema, levando em conta uma série de aspectos que podem interferir nos resultados.

Adquirir um novo processo informatizado para o controle patrimonial da instituição implica em um processo de adaptação ao novo processo a ser realizado, implicando em uma estruturação de uma metodologia de circulação de bens.

O sistema de controle patrimonial da IDES/PROMENOR foi desenvolvido com o objetivo de integrá-lo com o sistema de contabilidade, efetuando a atualização dos valores e a depreciação de acordo com os requisitos legais e contábeis. A princípio o sistema desenvolvido tem por finalidade compreender apenas os controles físicos dos bens, acompanhando o movimento desses bens com seus status atuais, bem como a recuperação dos mesmos, ou seja, esse sistema acompanha a lotação física dos bens. Com esse sistema de controle é possível processar todas as fases de gerenciamento patrimonial, além de permitir o controle preciso e completo dos ativos imobilizados das organizações.

O sistema de controle patrimonial desenvolvido na IDES/PROMENOR possui senha de acesso que garante a segurança e o sigilo das informações contidas, de acordo com a figura 02.

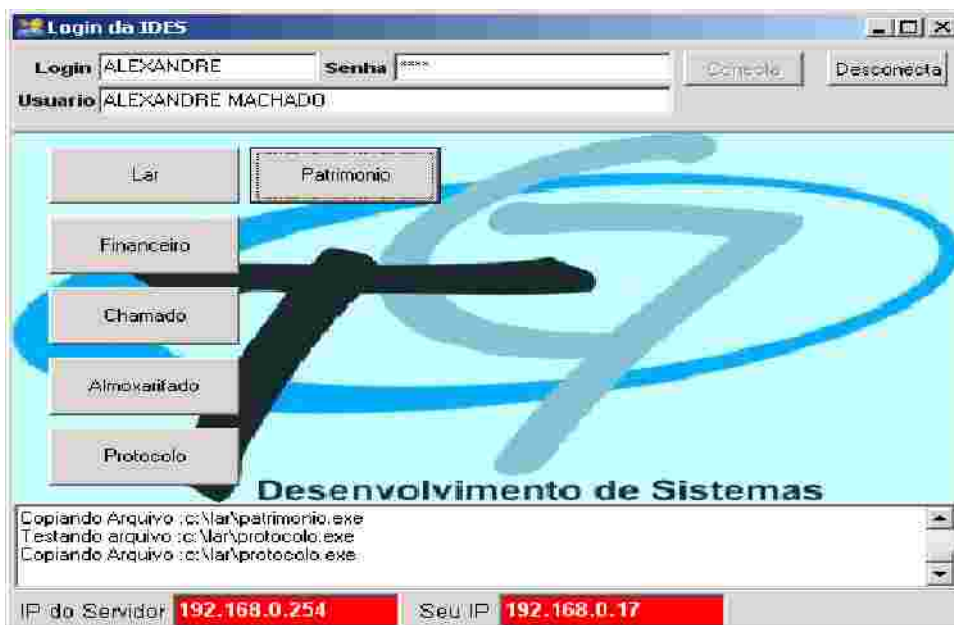


Figura 02: Tela de login

Fonte: TG desenvolvimento de Sistemas - IDES/PROMENOR 2008.

O sistema é constituído de uma tela principal que dá acesso a todas as suas rotinas, mas para acessar o sistema pede-se login e senha.

A partir da entrada no sistema o usuário poderá iniciar o cadastro das atividades de controle dos bens e gerenciamento de informações para as tomadas de decisões.

O controle patrimonial da IDES/PROMENOR compreende uma seqüência de atividades que têm início na aquisição e termina quando o bem for sair do patrimônio da instituição. Ao longo dessa trajetória são adotados os procedimentos a seguir, iniciando pelo:

A) Levantamento Físico

O levantamento físico é a base de todo o trabalho de reorganização do ativo imobilizado, e tem como objetivo localizar, identificar e atualizar todos os bens patrimoniais da instituição IDES/PROMENOR dando conformidade aos dados registrados no Balanço Patrimonial e aos outros levantamentos físicos ali desenvolvidos através dos projetos de extensão, além de proceder os registros necessários, de forma que represente a real existência dos bens patrimoniais, proporcionando eficiência dos inventários físicos periódicos.

Antes de iniciar o levantamento físico dos bens foi necessário fazer um reconhecimento das instalações (estrutura física), como construção, suas funcionalidades, os projetos que desenvolvem, tais como o Jardim Girassol, a Inclusão do Jovem no de

Trabalho, Abrigo São Vicente de Paulo e Administração, resultando num maior esclarecimento quanto a sua estrutura organizacional.

Através de uma planta baixa da instituição (Anexo A) foi possível classificar cada Setor com suas respectivas salas auxiliando no cadastro e na localização de cada ativo imobilizado. Cada sala recebeu seu respectivo nome, dando início ao levantamento físico dos bens da instituição.

O levantamento dos bens consistiu no levantamento físico dos móveis, utensílios, equipamentos e máquinas, pertencentes a IDES/PROMENOR realizados na realização dos seus projetos, que através da implantação do sistema foram cadastrados um a um, recebendo o seu número de identificação patrimonial.

Simultaneamente ao levantamento físico, efetuou-se o emplaquetamento dos bens, através de plaquetas metálicas com uma numeração convencional de 0001 a 2.759, e o logotipo da IDES/PROMENOR, fixando-as em locais visíveis e obedecendo sempre a um padrão pré-definido.

B) Procedimento de Entrada

Os procedimentos de entrada dos bens da instituição podem ser realizados através de compras ou doações.

Quando algum dos setores solicita a compra de alguns bens, o Setor de Controle Patrimonial avalia a real necessidade de aquisição do bem, verificando se a instituição tem disponível outro bem com características idênticas, que possam atender as exigências do setor requisitante. Na compra de um bem, após a verificação da necessidade de aquisição e a tomada de preços por parte da pessoa ou área responsável, o bem é adquirido. Efetuada a aquisição, a nota fiscal é enviada ao responsável por centralizar as informações referentes ao patrimônio. De posse da nota efetua-se a contabilização em conta apropriada.

Na aquisição de bens, o Setor de Controle Patrimonial recebe uma cópia da nota fiscal constando os seus dados, determinando o local onde o bem será utilizado e o número de registro atribuído. Com a obtenção dos dados é realizado o preenchimento do cadastro de patrimônio, conforme a Figura 05.

Ao realizar o cadastro do bem deve-se averiguar se o fornecedor ou doador já está cadastrado no sistema da instituição, caso não esteja deve-se preencher o cadastro do mesmo.

Os dados dos fornecedores são importantes para consultas futuras sobre reavaliações, preço de mercado, etc.

Após a averiguação e confirmação do cadastro do fornecedor é feito o cadastro do documento, conforme a Figura 03, podendo o mesmo ser uma nota fiscal ou termo de doação de pessoa física ou jurídica.

Figura 03: Tela de cadastro de documento

Fonte: TG desenvolvimento de Sistemas - IDES/PROMENOR 2008.

Assim como é feito nas compras, nas doações após recebidas, os doadores devem preencher uma ficha cadastral, conforme o modelo demonstrado no Anexo C, especificando as características do bem.

Ao receber as doações o contador da instituição, atribuiu o valor do bem de acordo com sua condição, ou seja se o bem estiver em condições péssimas de uso, a instituição atribui o valor pelo qual o doador diz que vale. Caso seja uma doação de bens novos ou em boas condições de uso, é feito uma análise por parte do contador da instituição, que tem mais noção de valor devido às compras de bens novos registrados.

A aquisição de bens patrimoniais envolve várias áreas da instituição. É preciso, no entanto destacar a importância da avaliação feita pela análise de patrimônio. Esse setor é que pode opinar sobre a necessidade de comprar, com base nas observações das rotinas de trabalho e nas informações disponíveis sobre a atualidade dos materiais.

C) Transferências de bens

A transferência do bem ocorre a partir do momento em que este se desloca do seu lugar habitual para uma nova área. Na movimentação do bem, o controle patrimonial registra todo o percurso do mesmo, dentro ou fora da instituição. Quando ocorre a transferência, faz-se o uso de um formulário, termo de transferência do bem, conforme a Figura 04.

0201 - Transferencia de Patrimônio

Número da Guia

Dados da Transferência Status

Localização

Departamento da Localização

Responsável pelo Bem

Data da Transferência

Observação

Patrimônio(s)

Nº Patrimônio	Bem	Complemento do Bem

Excluir

Salvar Novo Cancelar Fechar Imprimir

Figura 04: Tela de transferência de patrimônio

Fonte: TG desenvolvimento de Sistemas - IDES/PROMENOR 2008.

A transferência geralmente é solicitada pelo responsável nos casos de manutenção e conservação, ou bens considerados obsoletos ou de inservibilidade. Os bens que não servem a um determinado setor, primeiramente são transferidos ao almoxarifado. Posteriormente ele poderá ser alocado a outra área que possa utilizá-lo.

No entanto, ao se ter a necessidade de transferir um bem de um lugar para outro caberá, ao Setor de Controle Patrimonial, providenciar as alterações que se fizerem necessárias como: transferir no sistema informatizado o bem através mudança do seu número de patrimônio para outro setor e emitir a documentação necessária, como um novo termo de responsabilidade, mantendo seus cadastros atualizados.

Nenhum bem pode ser reparado, restaurado ou revisado sem consulta prévia do Setor Patrimonial. O orçamento das necessidades de serviços de manutenção deverá ser realizado por este setor. Ao ser devolvido o bem reparado, obrigatoriamente deve-se atribuir novamente o termo de responsabilidade, nomeando a pessoa que ficará responsável pelo bem e o seu Setor dentro da instituição.

D) Termo de Responsabilidade

Para todos os bens que ficam sob guarda direta de funcionários, como por exemplo, os computadores, telefones e móveis, deverão ser providenciados o preenchimento do termo de responsabilidade dos bens, que segue no Anexo D. Em função da necessidade de comprovação do recebimento e do visto do detentor do bem no referido termo, tal termo deverá ser confeccionado em pelo menos duas vias, sendo uma para uso do detentor e a outra para o controle do Setor Patrimonial.

O termo de responsabilidade é a nomeação de um funcionário da instituição que será responsável em tomar todas as providências administrativas cabíveis, no sentido de garantir o controle dos bens patrimoniais que estão sob sua responsabilidade. A atribuição de responsabilidade na IDES/PROMENOR é determinada aos coordenadores dos Núcleos, conforme mencionados na apresentação da instituição. Com a nomeação do responsável, é emitido o termo de responsabilidade para o devido preenchimento e registro do mesmo no sistema informatizado de gestão patrimonial.

O termo de responsabilidade da IDES/PROMENOR contém necessariamente, o nome do funcionário da instituição, a relação dos bens sob sua responsabilidade, com seu respectivo número de patrimônio, cláusula de compromisso de devolver o(s) bem (s), cláusula de compromisso de utilizar os bens apenas para fins a que se destinam, cláusula de ressarcimento de eventuais danos causados ao patrimônio e assinatura do termo pelo funcionário.

Ainda dentro dos procedimentos relativos a responsabil sobre os bens patrimoniais da instituição, é importante ressaltar que cabe ao responsável pelo bem comunicar ao Setor de Controle Patrimonial qualquer ocorrência constatada quanto ao extravio, danos, alterações nas características do bem assim como o extravio da plaqueta de identificação.

Também no que diz respeito a saída, mesmo que temporária, de um bem da sua área ou da instituição, o responsável deverá basear-se em normas ou regulamentos internos quanto

a segurança patrimonial para autorizar a referida movimentação ou buscar autorização de quem tenha delegação para fazê-la.

E) Localização de bens

Os bens são alocados por departamento e setor. A nomenclatura e identificação da área física na qual o bem se localiza facilita o acompanhamento e o controle nas suas determinadas funções. As nomenclaturas das áreas físicas da instituição são dadas conforme a atividade-fim realizada na área. Através das plantas arquitetônicas da IDES/PROMENOR e com a definição das atividades desenvolvidas em cada área, foi possível nomear e enumerar cada departamento e sala com suas respectivas finalidades, conforme o Anexo A.

Todos os departamentos são cadastrados no sistema com suas respectivas salas através do lançamento no "Cadastro de Departamento", onde ficará especificada cada localidade da instituição que corresponde a cada bem do imobilizado.

Realizado o cadastro dos departamentos e salas da instituição no sistema, a cada cadastro novo de um bem, basta apenas identificar o local que será utilizado o bem imobilizado que o próprio sistema localiza o cadastro completo do departamento onde o bem ficará.

F) Cadastro do Bem

O cadastro de patrimônio destina-se a escrituração analítica e ao registro de dados necessários ao controle e acompanhamento do bem.

Obtendo as informações necessárias do bem como a sua localização, o fornecedor, número do documento, característica do bem, valor, qual o tipo de aquisição (compra ou doação), e a pessoa pela qual ficará responsável pelo mesmo, realizará o cadastro dos ativos imobilizados, adotando um número de patrimônio para cada ativo de acordo com a Figura 05.

Figura 05: Tela de cadastro dos bens

Fonte: TG desenvolvimento de Sistemas - IDES/PROMENOR 2008.

O registro no cadastro patrimonial irá possibilitar a identificação do bem, a distribuição, a localização, a guarda e conservação e a manutenção periódica.

Antes de enviar o bem para área requisitante é fixado este uma plaqueta de identificação, na qual consta o nome da instituição, IDES/PROMENOR, e o número de seu registro. Cada organização tem um critério próprio para o estabelecimento da numeração responsável pela identificação dos seus bens, no caso da IDES/PROMENOR adotou-se uma numeração seqüencial iniciando-se pelo 0001.

G) Consulta aos Relatórios

Através do Sistema implantado na IDES/PROMENOR, obtém-se os seguintes relatórios: por Itens cadastrados, conforme a Figura 06, ou pela localização do bem, de acordo com o Apêndice A.

O relatório por itens demonstra a relação de todos os bens pertencentes à instituição, conforme a sua classificação por itens cadastrados, e não pela localização.

Na figura 06 tem-se um exemplo de como esse relatório pode ser gerado.



Item	Descrição do Item	Un. Medida	Quantidade	Valor
23	Adsl Router	Unidade		
267	Altar	Unidade		
21	Aparador	Unidade		
24	Aparelho - Bater Ponto	Unidade		
25	Aparelho Central de Alarmes	Unidade		
103	Aparelho de DVD	Unidade		
28	Aparelho de Oxigênio	Unidade		
301	Aparelho parabólica	Unidade		
30	Apoio para CPU	Unidade		
29	Apoio para joelhos	Unidade		
281	Aquecedor	Unidade		
286	Ar Condicionado	Unidade		
31	Armário	Unidade		
34	Armário para TV	Unidade		
283	Arquivo	Unidade		
35	Aspirador de pó	Unidade		

Figura 06: Relatório por itens cadastrados

Fonte: TG desenvolvimento de Sistemas - IDES/PROMENOR 2008.

O relatório referente à localização do bem demonstra todos os bens que pertencem ou que estão localizados em determinada área. Ao determinar a área pesquisada, conforme a Figura 07, obtém-se o relatório por departamento e localização específica de cada bem.

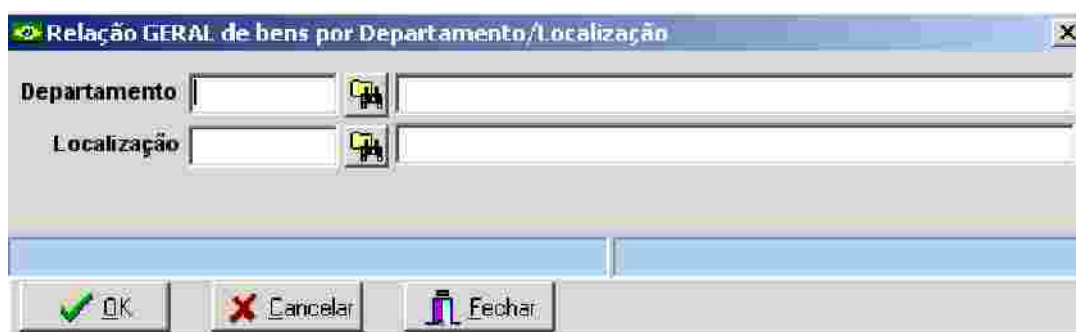


Figura 07: Localização do ativo imobilizado

Fonte: TG desenvolvimento de Sistemas - IDES/PROMENOR 2008.

O relatório por localização está no Apêndice A, onde demonstra-se alguns cadastros realizados na instituição e sua devida localização.

H) Baixa Patrimonial

Uma das funções do controle patrimonial é a baixa do bem, uma vez que essa atividade trata da não utilização de determinado item atividade da instituição. Quando existir a efetiva baixa de um bem, ele deixa de ser co patrimônio da instituição. É importante lembrar que a baixa física, é realizada pelo setor de controle patrimonial e a baixa contábil é de responsabilidade do Setor Contábil da instituição.

Vários são os motivos para baixa de um bem, como venda, doação, roubo e bens obsoletos. Mas na IDES/PROMENOR a baixa mais comum se dá por bens que com o tempo ficam obsoletos, sejam por danos, sem condições de restauração, seja por não apresentarem mais utilidade na instituição. Nestes casos o bem deve passar por uma vistoria criteriosa, de responsabilidade do Setor de Controle Patrimonial e caso ele seja considerado irrecuperável, tanto sob aspectos técnicos quanto financeiros, este deverá ser destruído e os responsáveis pelo controle patrimonial deverão efetuar a baixa contábil e o registro no sistema de controle patrimonial, assim como a contabilidade dever dar baixa, lançando-o como perda.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O projeto realizado possibilitou um controle efetivo dos bens do ativo imobilizado da instituição pesquisada, através da implantação de um sistema de controle patrimonial.

O sistema de controle estabeleceu normas de serviços internos, referentes ao patrimônio da IDES/PROMENOR. Estas normas permitiram aos administradores acompanhar a localização dos bens, estado de conservação, obsolescência, condições de uso, necessidade de aquisição e manutenção. O controle patrimonial permite acesso a relatórios e formulários de movimentação dos bens da instituição.

Além do controle efetivo através da implantação do sistema controle e de várias reuniões para integração do pessoal com o assunto em questão, possibilitou-se a conscientização do quanto é importante obter o controle do ativo imobilizado para estabelecer critérios e resultados positivos. O corpo funcional da instituição deve conhecer a importância do patrimônio e da área que efetua o seu controle, abrangendo uma estrutura ampla de informações, conduzidas à verdade dos dados, que servem para as tomadas de decisões na gestão institucional.

Elaboramos uma linha padrão para que todo o controle seja atualizado anualmente, onde todo bem patrimonial possui seu número de cadastro dentro do sistema implantado. Apesar das dificuldades encontradas, foi possível implantar um Setor de controle Patrimonial, que passou a controlar todas as funções e atribuições referentes a tarefa do controle físico e contábil dos bens patrimoniais da instituição. Com o funcionamento desse setor alcançamos o objetivo geral que é a apresentação e implantação de um sistema de controle do ativo imobilizado possibilitando todo o cadastramento dos bens da IDES/PROMENOR atualizando seus dados físicos, porém o projeto continua em andamento, pois para ter um fim precisamos mensurar os valores atuais dos bens cadastrados e fazer sua devida depreciação. Outro objetivo a ser realizado na instituição é que se tenha a possibilidade de realizar uma transferência automatizada dos dados do sistema Patrimonial para a contabilidade.

As dificuldades encontradas nos mostraram que há falta de conscientização da parte dos leigos em Contabilidade sobre o quão é importante o controle do ativo imobilizado para a Contabilidade e para a instituição. Pois através dos dados coletados temos um resultado relevante para a tomada de decisão.

Percebe-se que o assunto quase não é abordado em literaturas conhecidas da área, e espera-se que o trabalho desperte em outros pesquisadores uma necessidade de se aprofundar

nas peculiaridades da implantação de um sistema de controle patrimonial de uma organização do Terceiro Setor.

A IDES/PROMENOR utiliza plaquetas confeccionadas em alumínio, exigindo rebites ou cola especial para fixá-las, porém, essas plaquetas poderiam ser trocadas por outras mais práticas, confeccionadas em outro tipo de material composto por números e o símbolo da instituição, digitalizados em adesivos.

Outro fator que podemos destacar é o procedimento errôneo adotado pelos responsáveis que efetuam o levantamento do seu imobilizado, pois muitos dos bens apontados como não localizados, são localizados após uma rigorosa verificação (auditoria física).

Em relação ao sistema implantado na IDES/PROMENOR, a instituição já está em processo de melhoramento do mesmo, pois conforme já exposto se quer conciliar o controle do imobilizado com o sistema de contabilização da instituição.

Como finalidade de melhorar o sistema, a instituição poderia optar por usar um novo controle patrimonial através de códigos de barras. Com esse sistema tem-se como objetivo facilitar as tarefas realizadas com os inventários e os controles dos imobilizados, eliminar trabalhos de aderir plaquetas com rebite ou colas, manter o cadastro dos bens sempre atualizados devido alterações constantes dos bens em movimento pela instituição, coletar automaticamente dados de patrimônios, agilizando informações, reduzindo ao máximo a possibilidade de erros, criar uma estrutura ágeis e eficazes, usando coletores e leitores portáteis de dados e executar revisões patrimoniais com mais freqüência em intervalos menores, proporcionando redução de até oitenta por cento do tempo.

De modo geral, foram apresentados os procedimentos realizados para implantação de um sistema de controle patrimonial em uma organização do Terceiro Setor que ainda precisa melhorar sua gestão, pois precisa conscientizar seus funcionários da importância de um trabalho em conjunto para gerar perfeita administração dos dados. A correta utilização das informações possibilitará aos seus usuários um conhecimento da situação patrimonial, para assim melhor avaliar, planejar e definir as decisões a serem tomadas.

Todas as ações apresentadas, referentes a implantação sistema patrimonial dentro da instituição, mostram uma preocupação por parte da administração em melhorar as condições de trabalho e prestar melhores serviços aos usuários, garantido a continuidade dos serviços prestados pela instituição.

Pelo exposto no decorrer do trabalho e pela experiência em realizar o projeto de efetivamente registrar os bens já no sistema de controle patrimonial atingiu-se o objetivo deste

trabalho através do modelo simplificado assim como dos benefícios trazidos para a instituição, melhorando em muito a tomada de decisão pela administração.

Sugere-se que outras instituições do Terceiro Setor também tomem por base este trabalho e busquem parcerias com alunos de instituições de ensino para também criarem sistemas úteis para tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Miriam Gomes Vieira de. **Organizações do terceiro setor**: estratégias para captação de recursos juntos às empresas privadas. Flor 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

BARROSO JUNIOR, Adalberto de Andrade. **Administração patrimonial**. São Paulo: Pró-Ciência, 1981.

BRASIL, Deliberação CVM nº 27, de 05 de fevereiro de 1986.

Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=D&File=/deli/deli027.htm>>

Acesso: 18 junho 2008

BRASIL, Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm> Acesso em: 24 junho 2008.

BRASIL, Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995

Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>>

Acesso em: 24 junho 2008.

BRASIL, Norma e Procedimentos de Contabilidade - NPC

Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc7.htm>>. Acesso em: 25 julho 2008.

BRASIL, Regulamento Imposto de Renda – RIR/99, (Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999).

Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/L2Parte2.htm>>. Acesso em: 21 junho 2008.

BRASIL, Lei nº 9.790 de 23 março de 1999

Disponível em:

BRASIL, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1> Acesso em: 20 outubro 2008.

BRASIL, Resolução CFC nº 750, de 29 dezembro de 1993
Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=princbase#rescfc750c2s4>>
Acesso em: 27 outubro 2008.

BRASIL, Resolução CFC nº 926/01
Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_926.doc> Acesso em: 18 setembro 2008.

BRASIL, Lei nº 11.941 de 27 maio de 2009
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm>
Acesso em: 16 de junho 2009.

BURIN, Daniele. **Os adolescentes do programa jovem trabalhador da ides/promenor e suas famílias frente as influências do mundo contemporâneo**, 2004, 73 p. Monografia (Graduação Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FERNANDES, José Manuel. **Privado porém público**: o terceiro setor na América latina. Rio de Janeiro: Editora Dumaré Relume, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

GOULART, Karine Borges. **Entidade beneficentes & contribuições sociais**. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1999.

KARPOUZAS, Ana; SANTOS, Jéferson Weber dos. O Processo da Formação de Estratégias de uma Organização do Terceiro Setor: análise da influência dos stakeholders a partir de um estudo de caso. **Integração – A revista eletrônica do Terceiro Setor**. Disponível em: <<http://integracao.fgv.sp.br/ano8/08/administrando.htm>>. Acesso em: 18 de novembro 2008.

LANDIM, Leilah; VILHENA, Liliane R. **O terceiro setor no Brasil**. [S.I.: s.n.]. 1998.

MARION, José Carlos. DIAS, Reinaldo. TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

MEREGE, L. C. (1994). Filantropia e Universidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 nov.

MURARO, Piero; LIMA, José Edmilson de Souza. **Terceiro Setor, qualidade, ética e riqueza das organizações**. Revista da FAE, Curitiba, v.6, n.1, p.79-88, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.cde.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v6/n1/07_piero.pdf>. Acesso em: 5 setembro de 2008.

NASCIMENTO, Alceu. **Zona de convergência na ação social no terceiro milênio**. Papel Social, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, nº. 57, dez /99 – jan/2000.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

PAIVA, Kamille Simas Ebsen de. **Utilização de instrumentos de gestão contábil-financeira em organizações do terceiro setor**: um estudo em entidades assistenciais de Florianópolis, 2007, 94p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

PANCERI, Regina. **Terceiro setor**: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina.

PEYON, Luiz Francisco. **Gestão contábil para o terceiro setor**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2004.

PIMENTA, Solange Maria. SARAIVA, Luiz Alex Silva. CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

REGULES, Luis Eduardo Patrone. **Terceiro setor**: regime jurídico das OSCIPs. São Paulo: Editora Método, 2006.

SANTOS, Gerson dos. **Administração patrimonial**. Florianópolis: Papa-Livros, 1997.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como Fazer uma Monografia**. 11ª ed. São Paulo: Editora Matins Fontes, 2004.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor**: regulação no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Editora Petrópolis, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor**: Criação de Ongs e estratégias de atuação. 2ª.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de Ongs e estratégias de Atuação. 3ª ed. São Paulo, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 9º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WALTER, Milton Augusto. **Manual de análise e controle do imobilizado técnico**. Rio de Janeiro: CNI, 1982.

OLIVEIRA, Nielmar de. **País tinha 338 mil instituições sem fins lucrativos em 2005**. Publicação, 7 de Agosto de 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A – RELATÓRIO DOS BENS

Sistema de Patrimônio - I D E S / PROMENOR

04/04/2008 13:30:22

Página 1 de 19

Termo de Responsabilidade para Estágio

Departamento	Centro Educacional Infantil Girassol
--------------	--------------------------------------

Localização	Almoxarifado - 20
-------------	-------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
1643	Cadeira Madeira Palha - pequena	
1644	Cadeira Madeira Palha - pequena	
1645	Cadeira Madeira Palha - pequena	
1646	Cadeira Madeira Palha - pequena	
1647	Cadeira Madeira Palha - pequena	
1648	Cadeira Madeira Palha - pequena	
1649	Mesa plástica pequena	colorida
1650	Mesa plástica pequena	colorida
1667	Armário - formica	branco/15 portas
1668	Estante - metal	cinza/6 prateleiras
1669	Estante - metal	cinza/5 prateleiras
1670	Estante - metal	cinza/4 prateleiras
1671	Estante - metal	cinza/6 prateleiras
1672	Estante - metal	cinza/2 prateleiras
1673	Estante - metal	cinza/6 prateleiras
1674	Estante - metal	cinza/ 5 prateleiras
1675	Armário - madeira	mogno/3 portas
1676	Armário - madeira	
1677	Ventilador	de pé/BRISA
1678	Enceradeira	
1679	Enceradeira	

Localização	Anexo cozinha - 35
-------------	--------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
230	Plta	3 cubas de metal
231	Prateleira - metal	cinza

Localização	Biblioteca - 42
-------------	-----------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
1680	Estante - metal	cinza/7 prateleiras
1681	Estante - metal	cinza/6 prateleiras
1682	Espelho	grande
1683	Armário - formica	bege/2 portas
1684	Mesa - madeira	pequena/formica/branca
1685	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1686	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1687	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1688	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1689	Cadeira Madeira Palha - pequena	

Sistema de Patrimônio - I D E S / PROMENOR

04/04/2008 13:30:22
Página 2 de 19

Formo de Responsabilidade para Estágio

Departamento	Centro Educacional Infantil Girassol
---------------------	--------------------------------------

Localização	Briquedoteca - 33
--------------------	-------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
1695	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1696	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1697	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1698	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1699	Mesa - madeira	pequena/formica/branca
1700	Estante - madeira	formica/branca/12 cavidades
1701	Estante - madeira	formica/branca/12 cavidades

Localização	Camara fria - 38
--------------------	------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
237	Geladeira - câmara fria	
238	Geladeira - câmara fria	

Localização	Circulação - 08
--------------------	-----------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
1285	Bebedouro	MASTER FRIJO

Localização	Circulação - 36
--------------------	-----------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
234	Estante - metal	cinza/6 prateleiras
235	Freezer	2 portas/PRÓDOXIMO

Sistema de Patrimônio - I D E S / PROMENOR

04/04/2008 13:30:22
Página 2 de 19

Formo de Responsabilidade para Estágio

Departamento	Centro Educacional Infantil Girassol
---------------------	---

Localização	Briquedoteca - 33
--------------------	--------------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
1695	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1696	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1697	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1698	Cadeira - madeira	pequena/formica/branca
1699	Mesa - madeira	pequena/formica/branca
1700	Estante - madeira	formica/branca/12 cavidades
1701	Estante - madeira	formica/branca/12 cavidades

Localização	Camara fria - 38
--------------------	-------------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
237	Geladeira - câmara fria	
238	Geladeira - câmara fria	

Localização	Circulação - 08
--------------------	------------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
1285	Bebedouro	MASTER FRIJO

Localização	Circulação - 36
--------------------	------------------------

Nº Patrim.	Descrição do Item	Complemento do item
234	Estante - metal	cinza/6 prateleiras
235	Freezer	2 portas/PRÓDOXIMO

ANEXOS

ANEXO A – PLANTAS BÁSICAS DA IDES/PROMENOR

DIRETORIA DE PATRIMONIO

1

**IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS DA
IDES / PROMENOR**

LOCAL/SETOR/PROGRAMA	TIPO ESPAÇO	Nº DA SALA	NOME DA SALA
CAPELA	CAMPANARIO	00	
	CAPELA	01	
	DEPÓS. CAPELA	02	
	ALTAR	03	
	SACRISTIA	04	
	LAVABO	05	
	CONSISTÓRIO	06	
	CORO	07	
GRASOL SOB CAPELA E IPUF	CIRCULAÇÃO	08	
	SALA DE AULA	09	
	SALA DE AULA	10	
	CIRCULAÇÃO	11	
	COORD. NÚCLEOS	12	
	SECRETARIA	13	
	RECEPÇÃO / APOIO	14	
	BWC	15	
	BWC	16	
	SALA DE AULA	17	
	SALA DE AULA	18	
	SALA	19	
	ALMOXARIFADO	20	
	SALA TV	21	
	SALA DE AULA	22	
	SALA DE AULA	23	
	CAIXA D'ÁGUA	24	
	CAIXA D'ÁGUA	25	
	BWC	26	
	BWC	27	
	BWC	28	
	BWC	29	
	PÁTIO DESCOB.	30	
	SALA DE AULA	31	
	PASSAGEM	32	
	BRINQUEDOTECA	33	
	COZINHA	34	
	ANEXO COZINHA	35	
	CIRCULAÇÃO	36	
	DESPENSA	37	
	CÂMARA FRIA	38	
	CÂMARA FRIA	39	
	SALA DE AULA	40	
	DEPÓS. SOB ESCADA	41	
	DEPÓSITO	42	
	SALA DE AULA	43	
	SALA DE AULA	44	